



Relatório GRSAC

2024



Prefácio

Com grande satisfação, nós, do Banco do Brasil, apresentamos mais uma edição do nosso Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC). Este documento reafirma nosso compromisso com a gestão responsável de riscos e oportunidades, integrando fatores ambientais, sociais e climáticos a nossa estratégia de negócios.

Gestão de riscos e estratégia de negócios andam juntas. Assim como uma árvore sustenta seus frutos por meio de raízes profundas, vemos o gerenciamento de riscos como a base sólida de nossos negócios. A solidez de uma instituição financeira depende de uma estrutura robusta de gerenciamento de riscos, equilibrando desafios e oportunidades.

Para manter o equilíbrio do nosso portfólio, com foco na resiliência e na perenidade do Banco, incentivamos oportunidades na economia verde, fomentando negócios sustentáveis, sem perder de vista a gestão de riscos.

A divulgação deste relatório reforça nossa responsabilidade com a disciplina de mercado e com a transparência, pilares essenciais para fortalecer a confiança em nossos negócios.

Como resultado de nossos avanços nessa agenda, pelo sexto ano, fomos reconhecidos como o banco mais sustentável do mundo pelo ranking *Global 100*, da *Corporate Knights*. Esse resultado reflete a seriedade da nossa gestão e nosso compromisso com o meio ambiente e a com a sociedade.

Esperamos que esta leitura fortaleça nossa conexão com você, que compartilha com a gente o interesse por uma gestão negócios robusta e equilibrada. Vamos juntos transformar desafios em oportunidades e construir um futuro mais sólido e sustentável!



Felipe Guimaraes Geissler Prince
Vice-Presidente de Controles Internos
e Gestão de Riscos



Jose Ricardo Sasseron
Vice-Presidente de Governo e
Sustentabilidade Empresarial



Para a elaboração do GRSAC, seguimos as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), e nos pautamos nas orientações do supervisor, refletidas, principalmente, por meio da Resolução CMN nº 4.943/2021¹, Resolução BCB nº 139/2021 e Instrução Normativa BCB nº 153/2021, e nas melhores práticas de mercado. Cabe destacar que os dados aqui divulgados abrangem as atividades do nosso Conglomerado Prudencial, definido conforme Resolução CMN nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, e o conteúdo aborda os aspectos de Governança, Estratégias, Processos de Gerenciamento dos Riscos, Indicadores e Oportunidades associadas aos temas sociais, ambientais e climáticos.

¹ Define o Risco Social, Ambiental e Climático como relevante, propõe o aprimoramento da gestão desses riscos pelas Instituições Financeiras e altera a Resolução CMN nº 4.557, de fevereiro de 2017, sobre estrutura de gerenciamento de riscos.



Índice

Tabela GVR: Governança do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático	5
Instâncias de governança do BB com atribuições no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC).....	5
Instâncias, suas responsabilidades e relacionamento	6
Reporte de informações relativas ao Risco Social, Ambiental e Climático	9
Critérios utilizados para assegurar a consideração do Risco Social, Ambiental e Climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão de diversos instrumentos.....	9
Formas de monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climático	10
Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do Risco Social, Ambiental e Climático.....	11
Identificação dos eventos do Risco Social, Ambiental e Climático que geram possibilidade de perdas relevantes para o BB	11
Identificação de concentrações significativas, atreladas ao Risco Social, Ambiental e Climático, nas exposições de crédito do BB.....	13
Como os eventos de Risco Social, Ambiental e Climático são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital do BB.....	15
Hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas pelo BB na realização de análises de cenários	16
Capacidade de adaptação do BB, frente as hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono.....	21
Tabela GER: Processos de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático	22
Processo de identificação, mensuração e avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático.....	22
Critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático	26
Mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pelo BB.....	27
Mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático e os demais riscos.....	28
Processos de monitoramento, controle e mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático ..	30
Mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos.....	38
Tabela MEM: Indicadores utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático	39
Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático	39
Tabela OPO: Oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático	43



Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis	43
Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo	44

Índice de Tabelas

Tabela 1. Relatórios de Alçada do CA	9
Tabela 2. Definição de períodos	12
Tabela 3. Macrossetores econômicos e seus graus de risco (bases dezembro/2023 e dezembro/2024)	14
Tabela 4. Critérios utilizados no desenvolvimento dos Cenários de Mudanças Climáticas	18
Tabela 5.. Distribuição de mitigadores no custeio agrícola – R\$ milhões	27
Tabela 6. Materialização dos impactos do risco climático em outros riscos	29
Tabela 7. Potencial de aquecimento dos gases	41
Tabela 8. Evolução da carteira do RenovAgro – R\$ bilhões	50

Índice de Figuras

Figura 1 . Governança da Gestão do RSAC e suas Oportunidades	6
Figura 2. Componentes da taxonomia única de riscos	11
Figura 3. Due Diligence RSAC	23
Figura 4. Integração entre RSAC e demais riscos	29
Figura 5. Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável	45
Figura 6. Carteira de Crédito Sustentável	49



Tabela GVR: Governança do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição da governança do gerenciamento do RSAC.

Instâncias de governança do BB com atribuições no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC)

Nossa estrutura de governança estabelece diretrizes para a composição de um portfólio de negócios mais sustentáveis e com mais equilíbrio entre riscos e retornos. Alinhados à nossa [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAAC\)](#), integramos as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de relacionamento, em atendimento à Resolução [CMN nº 4.945/2021](#).

Nesse contexto, em consonância com a Resolução CMN nº 4.943/2021, revisamos a Política Específica de Gerenciamento de Riscos e de Capital, com a manutenção dos enunciados de gerenciamento do RSAC. Após análise, seu conteúdo foi ratificado pelo CA, uma vez que permanece o alinhamento com as regulamentações vigentes e melhores práticas de gestão, mostrando-se adequada para orientar o comportamento do Banco do Brasil e se constituir como referência para Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB).

Em adição, avaliamos continuamente nossa estrutura de governança, buscando aderência aos aspectos e padrões previstos nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Do mesmo modo, buscamos alinhamento às melhores práticas de gestão, observando definição de papéis e responsabilidades compatíveis nos diversos órgãos da nossa estrutura de governança.

Quanto à interação entre as Unidades Estratégicas, Táticas e Operacionais do BB para gestão e mitigação do RSAC, adotamos o Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), com base em três linhas de defesa.

1ª Linha de Defesa: Funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos. Composta por: Gestores de Riscos Específicos e Tomadores de Riscos;

2ª Linha de Defesa: Funções corporativas típicas de gestão de riscos, controles internos e conformidade. Composta por: Áreas de Controles Internos e de Gestão de Riscos;

3ª Linha de Defesa: Avalia a efetividade de todo o ciclo de gerenciamento de riscos e controles. Constituída pela Auditoria Interna.

O MRLD tem a finalidade de manter um Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos efetivo e integrado, contribuindo para proporcionar mais segurança para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

Ademais, é importante destacar que o modelo de governança para gerenciamento integrado de riscos e de capital, adotado pelo BB, abrange os seguintes aspectos:

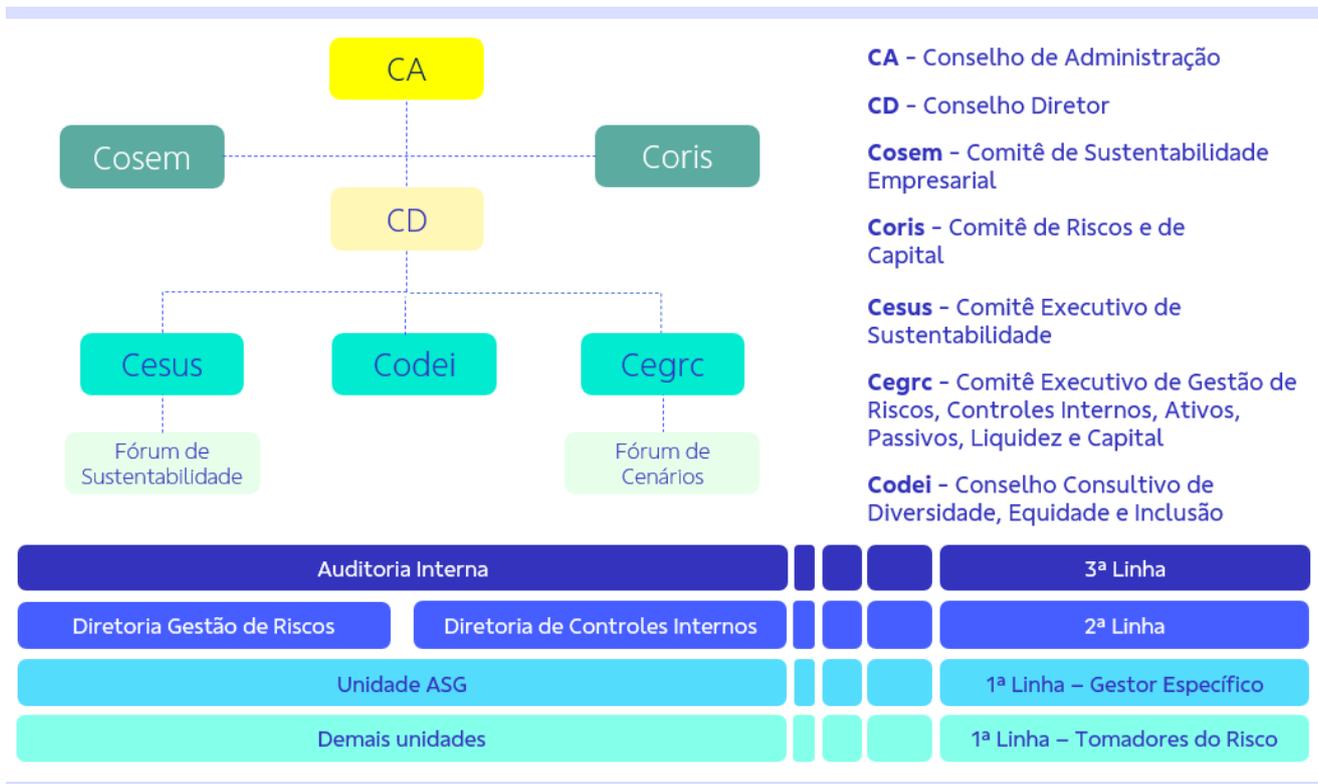
- a) segregação de funções: entre negócio e gestão de riscos;
- b) estrutura específica de gestão de riscos e capital;



- c) processo de gestão definido;
- d) decisões colegiadas em diversos níveis hierárquicos;
- e) normas claras e estrutura de alçadas;
- f) referência às melhores práticas de gestão.

A Governança da Sustentabilidade Empresarial e do Gerenciamento do RSAC possui a seguinte estrutura:

Figura 1 . Governança da Gestão do RSAC e suas Oportunidades



Instâncias, suas responsabilidades e relacionamento

Conselho de Administração (CA) – Órgão de administração que reúne atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, além ser responsável pela aprovação das Políticas, da Estratégia Corporativa, do Orçamento Geral e da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS). Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, bem como as iniciativas em andamento.

Conselho Diretor (CD) – Órgão colegiado formado por Presidente e Vice-presidentes; responsável por propor e fazer executar ações e instrumentos relacionados às Políticas, à Estratégia Corporativa, ao Orçamento Geral, à Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS), e por propor, aprovar e fazer executar ações e instrumentos relacionados aos Planos, ao Acordo de Trabalho, aos lucros apurados, entre outros. Acompanha o desempenho social, ambiental e climático da instituição, além das ações correlatas em andamento.

O CA e o CD objetivam garantir o alinhamento do processo de gerenciamento do RSAC com as definições e direcionamentos das nossas políticas institucionais e da nossa Estratégia Corporativa.



Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cossem) – Órgão colegiado que se reporta ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorar o CA em temas relacionados à sustentabilidade e à responsabilidade social, ambiental e climática, considerando as melhores práticas de mercado e os compromissos assumidos voluntariamente pelo Banco.

Comitê de Riscos e de Capital (Coris) – Órgão colegiado e estatutário de caráter permanente que assessora o Conselho de Administração no exercício das suas funções relativas à gestão de riscos, entre os quais o social, ambiental e climático.

Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor e composto por Vice-presidentes e Diretores. Responsável pela aprovação e acompanhamento da execução do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), orienta a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios, define diretrizes para o tema, além de conferir visão multidisciplinar às tomadas de decisão. Além disso, incorporou as atividades do Comitê Executivo de Pessoas Equidade e Diversidade (Ceped), passando a aprovar diretrizes e objetivos relativos ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão.

Comitê Executivo de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (Cegrc) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor, composto exclusivamente por Vice-presidentes, cuja finalidade é aprovar estratégias, diretrizes e planos de contingências, além de acompanhar relatórios, resultados e evoluções, referentes à Gestão de Risco, Controles Internos, Gerenciamento de Capital e Gestão de Ativos, Passivos e Liquidez.

Conselho Consultivo de Diversidade, Equidade e Inclusão (Codei) – Órgão vinculado ao Conselho Diretor, composto pela Presidenta (Presi), por vice-presidentes e diretores. Tem por objetivo o debate e trocas de experiências sobre Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I) na gestão do BB, tendências e melhores práticas de mercado.

Fórum de Sustentabilidade BB – Instância composta por gerentes executivos do Banco do Brasil e da Fundação Banco do Brasil. Apoia a incorporação, o alinhamento e a disseminação dos preceitos e práticas de sustentabilidade, além de acompanhar as iniciativas sociais ambientais e climáticas e a implantação das ações do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#). Tem periodicidade trimestral e está subordinado ao Comitê Executivo de Sustentabilidade.

Fórum de Cenários – Analisa cenários macroeconômicos, idiossincráticos e de mudanças climáticas, com foco na sua integração com a estratégia corporativa e os riscos e oportunidades relevantes. Composto por gerentes executivos, está subordinado ao Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (Cegrc).

Auditoria Interna (Audit) – Unidade subordinada ao Conselho de Administração (CA) – Responsável pela realização de auditorias periódicas e independentes, com foco nos riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando as ações de gerenciamento de riscos e a adequação dos controles internos, a partir da verificação de sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

Diretoria Gestão de Riscos (Diris) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri). Responsável pela gestão corporativa do Risco Social, Ambiental e Climático, em 2ª Linha de Defesa.



Diretoria Controles Internos e Compliance (Dicoi) – Área subordinada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri). Responsável pela regulação e supervisão corporativa de riscos, atuando em 2ª Linha de Defesa.

Unidade ASG – Área subordinada à Vice-presidência Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov). Responsável pela condução do tema Sustentabilidade Empresarial e pela gestão específica do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa.

Demais Unidades, com destaque às áreas abaixo:

Diretoria de Crédito (Dicre) – Área subordinada à Vice-presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (VICRI). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado ao processo de crédito.

Diretoria de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio (Disec) – Área subordinada à Vice-presidência Corporativa (Vikor). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado a compras, contratações, gestão de recursos logísticos e ecoeficiência.

Diretoria de Agronegócios e Agricultura Familiar (Dirag) – Área subordinada à Vice-presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar (Vipag). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado ao processo de negócios do agronegócio.

Diretoria Gestão da Cultura e de Pessoas (Dipes) – Área subordinada à Vice-presidência Corporativa (Vikor). Responsável pelo gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático, em 1ª Linha de Defesa relacionado a pessoas.

Por fim, cabe destacar que a área responsável pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, aprovada pelo CA, é a Unidade ASG e que, de acordo com a Resolução CMN [nº 4.557/2017](#), o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos é o Chief Risk Officer (CRO) é o responsável pelo gerenciamento de riscos do BB e indicado pelo CA.

Reporte de informações relativas ao Risco Social, Ambiental e Climático

Elaboramos, periodicamente, reportes aos órgãos de governança a fim de disponibilizar informações necessárias para o acompanhamento e a tomada de decisão no processo de gerenciamento do risco. A seguir, detalhamos os principais reportes desenvolvidos, de alçada do CA:

Tabela 1. Relatórios de Alçada do CA

Relatório	Destinatário	Periodicidade
Painel de Riscos ¹	Cegrc e CA	Mensal e Bimestral (respectivamente)
Resultado do Ciclo de Avaliação da Gestão de Riscos, Segurança e Controles Internos das ELBB	Coris, CD e CA	Anual
Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap)	CA	Anual
Reportes de temas relacionados a sustentabilidade	Cosem, CD e CA	Semestral

¹ Ferramenta na qual se reporta o consumo de limites específicos e globais estabelecidos na Gestão dos Riscos.

Critérios utilizados para assegurar a consideração do Risco Social, Ambiental e Climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão de diversos instrumentos

De acordo com as atribuições de cada instância, a governança responsável analisa os requerimentos mínimos de capital, os direcionamentos da estratégia corporativa, o perfil de riscos do BB, o atendimento regulatório, as perspectivas econômicas e seus desafios para a indústria financeira, a visão de analistas de mercado, os anseios da sociedade, o comportamento dos principais concorrentes, a dinâmica de formação de resultado e os resultados obtidos com o programa de teste de estresse do BB.

As decisões dos atores da governança buscam assegurar a consideração dos riscos relevantes, especificamente, do Risco Social, Ambiental e Climático na aprovação e revisão de diversos processos.

Nesse contexto, a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) orienta o comportamento em relação à responsabilidade social, ambiental e climática. Os princípios expressos na PRSAC se desdobram nas iniciativas que compõem o Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB e nas diretrizes e instruções normativas internas, o que resulta na ponderação de variáveis econômicas, sociais, ambientais e climáticas no desenho e desenvolvimento dos processos, produtos e serviços.

As demais políticas – [Política Específica de Relacionamento do Banco com Terceiros](#), [Política Específica de Gestão de Riscos e de Capital](#), [Política de Privacidade](#), [Política Específica de Remuneração de Administradores](#), [Política Específica de Gestão da Continuidade de Negócios](#), [Política Geral de Direcionamentos Mercadológicos](#), [Política Geral de Direcionamentos Operacionais](#), entre outras – contemplam aspectos socioambientais



diversos, que são também considerados em práticas negociais e administrativas, a exemplo das operações de crédito e de investimento e do relacionamento com fornecedores e funcionários. Por sua relevância, essas orientações estão replicadas em Diretrizes e Compromissos.

Como forma de concretizar esses resultados, os direcionadores em sustentabilidade são avaliados por meio de indicadores definidos com base na Estratégia Corporativa, que vão do nível estratégico até o nível operacional, abrangendo todas as unidades.

Em complemento, ao longo de 2024, revisamos, além das políticas, os nossos compromissos ([Compromissos BB com os Direitos Humanos](#) e [Compromisso BB com as Mudanças Climáticas](#)), as diretrizes ([Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito](#) e [Diretrizes do Investimento Social Privado](#)), o [Plano de Recuperação](#) Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e o nosso programa de testes de estresse.

As Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito são norteadores de aspectos sociais, ambientais e climáticos a serem considerados na análise, concessão e gestão do crédito. O documento busca dar visibilidade às práticas adotadas pelo Banco do Brasil e é revisado regularmente com a participação de diversos intervenientes.

A Lista de Exclusão e a Lista Restritiva, consolidadas nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito, relacionam as atividades em que o Banco não assume risco de crédito, em razão de impedimentos legais e por não estarem em alinhamento com as diretrizes do BB, ou assume sob determinadas condições, aplicando rigor diferenciado na análise, concessão e gestão do crédito.

Quanto aos testes de estresse, em 2024, aprimoramos o Teste de Estresse Integrado (TEI) atualizando premissa relacionada ao risco climático, por meio de cenários embasados na ocorrência de eventos climáticos severos (ambiente internacional).

Formas de monitoramento dos objetivos estratégicos e das metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climático

Monitoramos objetivos estratégicos e metas relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos a fim de avaliar seu cumprimento. Os indicadores do Plano Diretor – documento que define e consolida indicadores e metas para cada um dos objetivos estratégicos de longo prazo da [Estratégia Corporativa do Banco do Brasil \(ECBB\)](#) – são reportados ao CA por meio de reuniões, apresentações e painéis.

Além do Plano Diretor, monitoramos também o Acordo de Trabalho das unidades estratégicas que contêm objetivos e indicadores propostos na ECBB.

Por fim, reporta-se ao Cosem o desempenho social, ambiental e climático do Banco do Brasil que abrange, entre outros aspectos, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), dos [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#).



Tabela EST: Estratégias utilizadas no tratamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Identificação e descrição dos impactos reais e potenciais, quando considerados relevantes, do risco social, ambiental e climático sobre os negócios, as estratégias e o gerenciamento de risco e de capital da instituição.

Identificação dos eventos do Risco Social, Ambiental e Climático que geram possibilidade de perdas relevantes para o BB

A identificação de riscos faz parte de um processo contínuo de gerenciamento de riscos e capital e é fundamental para nossa organização. Nesse processo, validado anualmente pelas auditorias interna e externa e fiscalizado pelos Órgãos de Regulação e Fiscalização, empregamos insumos internos e externos, tais como:

- Riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos constantes na Estratégia Corporativa;
- Riscos inerentes às atividades das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB);
- Fatores de riscos constantes no [Formulário de Referência do BB](#) que sejam considerados relevantes e que possam impactar os negócios e os resultados das nossas operações;
- Riscos identificados pelos gestores de primeira linha de defesa em seus processos;
- Diretrizes regulatórias no Brasil e no exterior;
- Consultorias e publicações especializadas; e
- *Benchmark* de instituições financeiras no Brasil e no exterior.

A partir desses insumos, atualizamos nossa Taxonomia Única de Riscos que consolida, em um mesmo instrumento, todos os fatores, eventos e impactos dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pelo Banco e constitui subsídio para o processo de definição da relevância dos riscos do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil.

Figura 2. Componentes da taxonomia única de riscos





Tendo em vista a natureza causal do RSAC, ele é classificado como fator de risco na Taxonomia, que pode originar eventos que impactem os demais riscos relevantes do BB, demandando processo preventivo de gestão.

Esse instrumento permite identificar possíveis fatores de risco – como trabalho análogo ao escravo, contaminação do solo, estiagem, excesso de chuva, entre outros – de forma não exaustiva e sem sobreposição de sua caracterização e classificação, bem como eventos e impactos dos riscos.

Visando abarcar uma quantidade maior de informações e mitigar vieses, adicionamos à avaliação do RSAC variáveis locais – alimentadas por informações, de fontes externas, como a identificação do Bioma Amazônia e índices de vulnerabilidade –, que nos permitem vislumbrar como os riscos estão distribuídos (ou concentrados) no território nacional, com granularidade a nível de município, tal como ocorre nas fontes externas que as alimentam. A tabela GER inclui o detalhamento dessas variáveis.

Quanto aos horizontes temporais definidos no acompanhamento das exposições dos segmentos de Pessoa Física, Produtor Rural e Pessoas Jurídicas e, no conceito de proporcionalidade utilizado na metodologia de sensibilidade ao RSAC, adotamos as seguintes premissas:

Tabela 2. Definição de períodos

Público	Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
Pessoa Física	até 1 ano	de 1 a 4 anos	a partir de 4 anos
Pessoa Jurídica	até 1 ano	de 1 a 3 anos	a partir de 3 anos
Produtor Rural	até 1 ano	de 1 a 5 anos	a partir de 5 anos

Além das informações geradas internamente, na avaliação de clientes e operações utilizamos informações de fontes externas confiáveis para gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, dentre as quais destacamos:

- Lista de Trabalho Análogo à Escravidão, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Autuação e Embargos, do Ibama²;
- Embargos do ICMBio³;
- Plataforma MapBiomas Alertas;
- Avaliação de Risco Climático de Setores Econômicos, do [NGFS \(Network for Greening the Financial System\)](#)⁴;
- Notícias públicas atreladas a situações sociais e ambientais, de diversas fontes de mídia.

Nesse contexto, a fim de complementar o conjunto de insumos utilizados para gestão, é realizado o acompanhamento diário da situação dos municípios atingidos por eventos climáticos relacionados a chuvas e estiagens, por meio de consulta a bases públicas oficiais. Essas informações são tratadas no Painel de Monitoramento de Eventos Climáticos, possibilitando avaliar os impactos na carteira de crédito e promover, quando necessário, ações para o adequado gerenciamento do crédito concedido.

² Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

³ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

⁴ Programa que visa mobilizar o sistema financeiro mundial para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono.



No que tange às perdas relacionadas ao Risco Social, Ambiental ou Climático, realizamos acompanhamento constante, visando sua prevenção e mitigação. Para o estabelecimento de critérios mínimos para o mapeamento de perdas, consideramos a [SARB⁵ 14⁶](#) e outros instrumentos que corroboram na identificação de elementos relacionados à RSAC presentes nos processos administrativos e judiciais em que a instituição financeira seja parte. A partir do sistema institucional de Perdas Operacionais do BB, geramos uma base com a extração dos eventos das perdas categorizadas, cujas causas tenham vínculo com o Risco Social, Ambiental e Climático.

No processo de monitoramento dessas perdas, realizamos aprimoramentos contínuos nas bases de dados, apoiados, principalmente, no trabalho de revisão do rol de eventos vinculados às perdas operacionais e atrelados a fatores sociais, ambientais ou climáticos. Ademais, observamos que ao longo de 2024 não foram identificadas perdas operacionais significativas em função de fatores sociais, ambientais e climáticos.

Identificação de concentrações significativas, atreladas ao Risco Social, Ambiental e Climático, nas exposições de crédito do BB

Estruturamos o processo de crédito a partir de metodologias de cálculos de risco e limite, em linha com as melhores práticas de gestão e contemplando os processos de:

- cadastro;
- análise de risco e estabelecimento do limite de crédito;
- análise de projetos de investimento;
- contratação e condução de operações; e
- gestão do risco, com o suporte de normativos e estrutura organizacional especializada.

Em todas as etapas são considerados os aspectos particulares do Risco Social, Ambiental e Climático que podem impactar a Instituição.

A identificação e o acompanhamento das exposições aos riscos possibilitam o aprimoramento da gestão, à medida que auxiliam na tomada de decisões quanto à realização, ou não, de determinados negócios – tendo em vista o grau de risco, o apetite da instituição e a concentração atual. Na Tabela 3 a seguir, é possível observar a avaliação da sensibilidade das exposições à cada um dos riscos para os macrossetores, que compõem a carteira do BB e seus respectivos saldos.

⁵Sistema de Autorregulação Bancária desenvolvido para Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

⁶Diretrizes e procedimentos, estabelecidos pela Febraban, para o estabelecimento e a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) pelas Instituições Financeiras Signatárias.



Tabela 3. Macrossetores econômicos e seus graus de risco (bases dezembro/2023 e dezembro/2024)

Macrossetores	Social	Ambiental	Climático	Saldo (%) 2023	Saldo (%) 2024
Adm. Pública	Médio	Baixo	Baixo	13,84	15,51
Agronegócio de Origem Animal	Alto	Médio	Alto	4,33	4,37
Agronegócio de Origem Vegetal	Alto	Médio	Alto	10,60	9,68
Atividades Específicas da Construção	Médio	Médio	Alto	3,22	2,82
Automotivo	Médio	Médio	Alto	4,54	4,76
Bebidas	Baixo	Médio	Alto	0,29	0,28
Comércio Atacadista E Ind. Diversas	Baixo	Baixo	Baixo	2,11	1,8
Comércio Varejista	Alto	Baixo	Baixo	4,60	6,35
Construção Pesada	Médio	Médio	Alto	1,20	1,16
Couro e Calçados	Baixo	Alto	Médio	0,47	0,43
Eletroeletrônico	Baixo	Médio	Médio	3,45	2,37
Energia Elétrica	Baixo	Médio	Alto	6,24	5,91
Imobiliário	Alto	Baixo	Alto	2,16	2,19
Instituições e Serviços Financeiros	Baixo	Baixo	Médio	5,03	4,11
Insumos Agrícolas	Baixo	Alto	Alto	3,05	2,73
Madeireiro e Moveleiro	Médio	Alto	Alto	1,40	1,28
Mineração e Metalurgia	Médio	Alto	Alto	4,79	4,05
Papel e Celulose	Baixo	Alto	Alto	1,00	1,12
Petroleiro	Médio	Alto	Alto	4,62	5,83
Químico	Médio	Alto	Alto	2,97	3,2
Serviços	Alto	Médio	Baixo	10,19	10,58
Telecomunicações	Baixo	Médio	Baixo	3,00	2,38
Têxtil e Confecções	Médio	Médio	Médio	1,83	1,74
Transportes	Médio	Alto	Alto	5,03	5,33

Escopo: Operações Típicas de Crédito da área interna + TVMs Privados da área interna + carteira Agro PJ + Carteira adquirida. // Visão Setor Econômico – Carteira PJ

Em complemento, realizamos monitoramento setorial de mercado para fins de gestão do portfólio de crédito e para subsídio ao processo de análise de crédito de clientes, observando o Risco Social, Ambiental e Climático a que estão expostos.

Além da visão setorial, efetuamos avaliação regional da sensibilidade do Risco Social, Ambiental e Climático, considerando todas as exposições do Banco. O percentual do saldo das operações classificadas com alta sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático, para cada região, é monitorado, permitindo comparar as concentrações entre as regiões além de subsidiar a gestão do risco.

Cabe destacar que, em 2024, foram realizadas análises internas sobre concentrações geográficas de risco, e diante as adequações normativas decorrentes das resoluções CVM 193⁷ de 23/10/2023, atualizada pela CVM 219 de 29/10/2024, e CMN 5.185⁸, de 21/11/2024, bem como as discussões fomentadas pelas consultas públicas sobre as divulgações de riscos climáticos (Consulta Pública Bacen 100/2024⁹) e sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira¹⁰ (aberta para contribuições até março/25), realizaremos revisões na estrutura de divulgação das concentrações regionais da metodologia de sensibilidade ao RSAC, de forma a se alinhar à nova classificação das atividades econômicas brasileiras e aos novos padrões de divulgação financeira relacionados à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

⁷ Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB.

⁸ Altera a Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

⁹ Segunda fase da exigência de divulgação sobre riscos e oportunidades relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos, contemplando a inclusão de novos requisitos associados a métricas e metas, por meio de tabelas padronizadas no Relatório GRSAC.

¹⁰ Este instrumento consiste em um sistema de classificação que define, de maneira nítida, objetiva e com base científica, atividades, ativos e/ou categorias de projetos que contribuem para objetivos climáticos, ambientais e/ou sociais, por meio de critérios específicos.



Como os eventos de Risco Social, Ambiental e Climático são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital do BB

Comprometido em se manter protagonista em sustentabilidade e na promoção de negócios e boas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG), o BB incorpora aos negócios, à estratégia e ao gerenciamento de capital aspectos relacionados ao Risco Social, Ambiental e Climático.

Nosso compromisso se manifesta em iniciativas e pactos dos quais somos signatários, como os Princípios do Equador, a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD), o Protocolo Verde, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e o *Business Ambition*. Ainda, se manifesta pela incorporação de questões sociais, ambientais e climáticas no desenvolvimento dos nossos negócios, estratégia, planejamento financeiro e no aprimoramento dos processos de gestão de riscos.

No processo de formulação da Estratégia Corporativa do BB ([ECBB](#)) e do Plano Diretor, que possui periodicidade de revisão anual e horizonte de abrangência de cinco anos, há a participação de diversas áreas na execução de suas etapas – diagnóstico, priorização das incertezas, elaboração de matriz SWOT¹¹ e cenários, direcionamentos da Alta Administração, definição dos objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e metas.

Na etapa de diagnóstico, realizamos estudos de inteligência competitiva da indústria financeira, análises macroeconômicas, identificação de tendências e incertezas críticas, que podem impactar a atuação presente e futura do Banco, além da avaliação dos fatores de riscos relevantes, que incorpora, entre outros, possíveis eventos sociais, ambientais e climáticos.

Com o objetivo de adotar medidas de mitigação e/ou revisão das estratégias estabelecidas, avaliamos, de forma contínua, o risco de mudanças nos ambientes de negócios, que contempla, entre outras, a possibilidade de mudanças sociais, culturais e ambientais, incluindo questões demográficas, mudanças no comportamento de clientes, fatores ASG e condições climáticas ou sanitárias adversas (como, por exemplo, catástrofes e pandemias).

Nesse contexto, alinhados a ECBB, principalmente quanto à geração de resultados sustentáveis para o Banco, revisamos nossa Declaração de Appetite e Tolerância a Riscos (RAS¹²), na qual declaramos os riscos e os respectivos níveis a que estamos dispostos a assumir. Na revisão da RAS de 2024, foi mantido o Limite de Tolerância a perdas operacionais do RSAC, em percentual do capital principal. Como aprimoramento, foram ajustados limites relacionados a percentuais máximos de exposição quanto ao nível de suscetibilidade ao RSAC.

Sob a ótica de oportunidades de negócios, destacamos o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), que visa aprimorar negócios e práticas administrativas ao consolidar ações e indicadores de cunho social, ambiental e de governança. Além de impulsionarem o desenvolvimento social e ambiental, as linhas de negócios propiciam a mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático, tanto para o banco quanto para os demais envolvidos.

Alinhado a isso, temos negócios, produtos e serviços para todos os nossos públicos de relacionamento voltados a promover uma economia mais verde, diversa e inclusiva. Aqueles associados ao agronegócio, e ao Plano Safra,

¹¹ Técnica de planejamento estratégico utilizada para auxiliar na identificação de forças (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) do objeto/assunto analisado.

¹² Sigla em inglês para *Risk Appetite Statement*.



que predominam na Carteira de Crédito Sustentável do BB (41,1% no 4T24) impulsionam atividades e melhorias nos setores relacionados à agricultura e pecuária do país.

No âmbito da Biodiversidade, o BB tem buscado promover atividades sustentáveis que contribuam de forma positiva para a conservação e restauração da vegetação e da biodiversidade na Amazônia Legal, e com isto, identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis, a partir de questões sociais, ambientais e climáticas relevantes e de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável, bem como mitigar eventuais riscos sociais, ambientais e climáticos.

A revisão das [Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito de 2024](#) contemplou, entre outros avanços, a adição de novas atividades na Lista de Exclusão, tais como: tráfico de pessoas, minas terrestres, armas de destruição em massa, petróleo e gás não convencional (areias de alcatrão, óleo e gás de xisto e no Ártico – fraturamento hidráulico e perfuração), extração de carvão mineral e geração de energia termelétrica a partir do carvão mineral – salvo quando a finalidade for a transição de suas atividades para uma economia de baixo carbono ou eficiência energética.

Além disso, no relacionamento com nossos fornecedores, objetivamos melhorar o tratamento e as condições de trabalho estabelecidas. Através de nossa [Política Específica de Relacionamento do Banco com Terceiros](#), buscamos demonstrar a nossa cultura e os valores, por nós defendidos, no relacionamento com fornecedores e respectivos empregados nos processos de compras, contratações e descarte de materiais.

Em consonância, em contratos firmados existem cláusulas em que o fornecedor declara conhecer e respeitar nosso Código de Ética, nossas normas e políticas, dentre outros norteadores.

Por fim, acompanhamos nossos fornecedores durante a vigência do contrato e, caso constatada infração das disposições ou à legislação, é aberto processo administrativo que prevê a aplicação de sanção administrativa ou, em último caso, rescisão unilateral.

Hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas pelo BB na realização de análises de cenários

Ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e da importância do engajamento de governos, setor privado e sociedade nos esforços para a redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e para a adaptação de comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, o BB está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono, de acordo com os [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#).

Nesse contexto, desenvolvemos cenários de mudanças climáticas abrangentes, aplicados na visão de macrossetores econômicos, com base em cenários elaborados pelo IPCC, para o Risco Climático Físico, e pelo NGFS, para o Risco Climático de Transição.

Usando como base informações presentes no [IPCC Sixth Assessment Report](#), optamos por cenários mais compatíveis com percepções nele destacadas, com o objetivo de prever potenciais impactos da mudança do clima na agropecuária do país e em outros setores econômicos relevantes para os negócios do BB.



A escolha de 2 cenários atrelados ao Risco Físico e 2 atrelados ao Risco de Transição se deu por entendermos que eles, em conjunto, abarcam uma gama suficiente de possibilidades factíveis para o Brasil.

Dentre os cenários utilizados como referência, temos:

Cenários de Risco Físico

- **RCP 4.5:** cenário intermediário, condizente com o futuro das reduções de emissões relativamente ambiciosas, no qual em 2080 teremos uma redução de 50% das emissões globais. Apesar dos esforços e das metas arrojadas, ainda teríamos um aumento aproximado de temperatura de 2°C;
- **RCP 8.5:** cenário severo, onde as emissões de GEE não parariam de aumentar até o fim do século e a temperatura média da atmosfera do planeta aumentaria cerca de 4°C.

Cenários de Risco de Transição

- **Net Zero 2050:** cenário mais ambicioso, em que se limita o aquecimento global a 1,5°C, por meio de políticas climáticas mais rigorosas e maior inovação, que possibilitam atingir zero emissões líquidas de CO₂ por volta de 2050. Nele, o risco físico é relativamente baixo, enquanto o risco de transição é alto;
- **Current Policies (Política Atual):** assume que apenas as políticas atualmente implementadas serão realizadas, resultando em elevado risco físico. Sob o enfoque de risco de transição, esse cenário traz pouco impacto, tendo em vista a permanência no estado de dormência, por parte dos governos e reguladores.

Dessa forma, as hipóteses (cenários) desenvolvidas são:

- Aumento de temperatura inferior a 2°C** (alinhado ao *Representative Concentration Pathway* (RCP) 4.5 e ao *Net Zero 2050*), pressupondo o cumprimento integral do Acordo de Paris¹³. Nesse cenário, as políticas são mais rígidas, com o objetivo de zerar as emissões líquidas de CO₂ até 2050 e limitar o aumento da temperatura média a 2°C.

Para tal, observa-se um investimento massivo em tecnologia e o engajamento e cobrança por uma postura mais sustentável de todos os agentes econômicos. O processo de precificação de carbono se intensifica, gerando a necessidade de adaptação maior de alguns setores.

Diante disso, os Riscos Físicos tendem a ser mitigados e novas fontes de energia e matéria-prima serão desenvolvidas, gerando baixos danos a produção e a população;

- Aumento médio de 4°C** na temperatura ao final do século (equivalente ao RCP 8.5 e ao *Current Policies*), considerando o não cumprimento do Acordo de Paris e seguindo a tendência atual das emissões.

Nessa circunstância, pouca ou nenhuma mudança legal ou regulatória no campo climático, levam a um aumento significativo das emissões globais de GEE, o que tende a intensificar substancialmente os riscos físicos.

Na seara do Risco de Transição, não veremos nada muito diferente do que já presenciamos atualmente. Não teremos avanços no processo de precificação. A demanda por produtos e serviços sustentáveis

¹³ Em 2015, durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 21), na França, 196 países se comprometeram a adotar metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, tendo por objetivo reduzir as emissões de seus processos produtivos, na tentativa de combinar esforços em benefício de um futuro de baixo carbono, em que o aquecimento médio global não ultrapasse os 2°C acima dos níveis pré-industriais.



continuará sem incentivos e acontecerá de forma bem lenta e gradual. As políticas de indução para uma economia de baixo carbono e regulação sobre as emissões de GEE não irão demandar grandes adaptações e investimentos tecnológicos, causando impacto quase irrelevante para os setores.

Quanto ao Risco Físico, a tendência é um aumento na frequência de eventos climáticos extremos, a ponto de piorar a escassez hídrica e diminuir a disponibilidade de recursos e matérias-primas, gerando uma ameaça a manutenção das atividades e a sobrevivência da população.

Entre os dois cenários desenvolvidos, a diferença se dá na trajetória das mudanças climáticas, frente às medidas adotadas, e no grau de severidade dos impactos no curto, médio e longo prazo.

A seguir, apresentamos os critérios utilizados para avaliação dos riscos e seus impactos nos cenários:

Tabela 4. Critérios utilizados no desenvolvimento dos Cenários de Mudanças Climáticas

Critérios para Avaliação do Risco Climático, Físico e de Transição, para o Brasil

Danos físicos	Refere-se aos danos causados por fenômenos meteorológicos extremos e de alterações climáticas graduais sobre os ativos fixos das empresas, assim como possíveis perdas físicas ou a uma diminuição da produtividade ou provocar indiretamente eventos subsequentes, como a perturbação de cadeias de oferta. Os setores mais vulneráveis a este tipo de risco são aqueles intensivos em bens de capital, como o setor de agronegócio, industrial, energia, dentre outros.
Escassez Hídrica	Refere-se às alterações na disponibilidade de água e no regime de chuvas no país. A consequência da escassez hídrica é a redução na oferta de alimentos pelo setor do agronegócio e o comprometimento do fornecimento de energia elétrica nos setores produtivos.
Energia	Os eventos climáticos extremos afetam diretamente o fornecimento de serviços de energia, via alterações na disponibilidade e confiabilidade de fontes renováveis, como água (chuva) para hidrelétricas. A alteração climática ameaça ainda a infraestrutura e instalações de exploração, extração e conversão de energia, por exemplo, plataformas de óleo e gás offshore, refinarias em áreas costeiras etc. Ademais, o clima altera a eficiência dos dispositivos de conversão energética (painéis fotovoltaicos, motores de combustão interna, usinas termelétricas e assim por diante).
Produtividade	Refere-se a relação entre os meios, recursos utilizados e a produção final com os danos causados por eventos climáticos extremos nos setores econômicos.
Tecnologia	Esforços para adoção ou adaptação de tecnologias, produtos e serviços com menor emissão de GEE. Normalmente implica alto custo e elevado aporte de capital.
Regulatório	Mudanças regulatórias que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono. Representa o arcabouço normativo que embasa a transição para redução ou eliminação do uso de combustíveis fósseis na produção e consumo intensivo em carbono, requer mudança significativa de processos, com migração para atividades que promovam emissões neutras em todos, ou na maioria, dos setores econômicos. A implementação de tecnologias alternativas pode gerar aumento significativo de custos enquanto à adoção de políticas regulatórias pode induzir a transição por meio do aumento de valor implícito das emissões.
Mudança padrão consumo	A sensibilidade e resiliência dos setores em relação às mudanças climáticas afetarão o padrão de consumo da sociedade pela demanda de novos tipos de serviços e produtos. Setores que fornecem equipamentos de eficiência energética e de geração de energia renovável podem encontrar oportunidades, assim como o setor financeiro, por meio da criação de produtos específicos voltados ao estímulo de uma economia de baixo carbono, evidenciando-se como um ator fundamental nessa transição, intermediando o setor produtivo. Alguns setores serão mais afetados que outros na busca pelo atendimento da demanda do mercado e a facilidade ou dificuldade que encontrarão nesse sentido.

**Precificação das emissões**

No sentido de incentivar a redução das emissões de carbono, considera-se a atribuição de custo para os setores que mais emitem GEE, o que pode afetar a estrutura de custo das empresas mais intensivas em emissões, como as que estão inseridas no setor de petróleo e gás, indústria pesada e de geração de energia termelétrica. Em contrapartida, aqueles setores de baixa emissão ou emissão negativa de GEE, como o florestal e de geração de energia renovável, podem vender créditos e direitos, obtendo receitas de emissão de carbono. Vislumbra-se que a precificação das emissões se torne um risco material no médio prazo.

No que se refere ao Risco Físico, utilizamos os seguintes critérios para o desenvolvimento de nossa narrativa: dependência de energia e do uso da água (escassez hídrica), insumos/produtos agrícolas utilizados na cadeia produtiva e sensibilidade aos eventos climáticos (danos físicos).

Frente a ocorrência de eventos climáticos extremos (estiagens e chuvas abundantes), temos a possibilidade de danos as estruturas de operação, dificuldade de logística, aumento de custos e paralisação das atividades de clientes, o que pode resultar num aumento de inadimplência.

Ademais, por conta da nossa dependência de usinas hidrelétricas para geração de energia, em períodos de escassez hídrica, se faz necessário o acionamento de usinas termelétricas – menos sustentáveis, quando movidas a combustíveis fósseis, e com maiores custos de geração de energia –, o que resulta na elevação no preço da energia elétrica, impactando o orçamento de famílias e empresas, prejudicando a atividade industrial, através da redução da oferta de produtos e o aumento dos preços.

Quanto ao Risco de Transição, nossa análise apoia-se nos seguintes critérios: precificação das emissões, necessidade de adaptação tecnológica, regulações que incentivam a transição para uma economia de baixo carbono e mudanças nos padrões de consumo (reputação).

Sob o viés de mudanças de mercado e tecnologia, podemos presenciar um aumento da exigência de uma conduta responsável das empresas, o que tende a gerar uma mudança na oferta/demanda de certos produtos/serviços, colocando em risco a continuidade de algumas empresas e segmentos.

No campo legal e regulatório, algumas mudanças podem exigir das empresas uma maior capacidade de adaptação/enquadramento para uma economia de baixo carbono, o que pode afetar, por um período, negativamente seus resultados e a manutenção de seus negócios.

Já no âmbito reputacional, caso as expectativas do mercado, de uma melhor conduta social, ambiental e climática, não sejam atendidas pelas empresas, é possível que suas receitas e linhas de crédito sejam afetadas, colocando em risco sua continuidade.

O futuro dos preços e volumes de combustíveis fósseis, juntamente com a descarbonização do setor de energia – através de mudanças para fontes alternativas de energia e implantação de fontes de captura e armazenamento de carbono (CCS) –, constituem fatores-chave na transição para uma economia de carbono zero.

O Banco do Brasil realiza periodicamente testes de estresse considerando variáveis de mudanças climáticas. Os resultados desses testes permitem identificar pontos de atenção ou fragilidades e avaliar a adequação de capital e liquidez.



Incorporamos ao desenvolvimento de nossos cenários a execução de teste de estresse considerando a variável de “ciclo hidrológico desfavorável” – em que não há recursos hídricos suficientes para suprir a demanda, em determinado sistema hídrico e período, seja por deficiência quantitativa ou qualitativa dos mananciais – visto que no Brasil, em pouco mais de duas décadas, os eventos de escassez hídrica – estiagem e seca – são os mais numerosos e os principais responsáveis, dentre os riscos climáticos, pelos prejuízos.

Em 2023, foi desenvolvido teste de estresse considerando a ocorrência de um Super *El Niño*. Os efeitos decorrentes desse fenômeno foram avaliados tanto na carteira PF Rural (para culturas e regiões selecionadas), quanto na carteira PJ (visão setores econômicos). Na hipótese de ocorrência do cenário de Super *El Niño*, as simulações de impacto sobre a estrutura de negócios do BB indicam que haveria resiliência para a absorção dos efeitos resultantes.

Em 2024, considerando a configuração do fenômeno La Niña e suas possíveis consequências para os negócios da instituição, foi realizada atualização de exercício de Teste de Estresse, incorporando premissas nacionais e internacionais com ocorrência do La Niña forte. Foi avaliada tanto a visão na carteira PF Rural (para culturas e regiões selecionadas), quanto na carteira PJ (visão setores econômicos). Na hipótese de ocorrência do cenário La Niña forte, as simulações de impacto sobre a estrutura de negócios do BB indicam que haveria resiliência para a absorção dos efeitos resultantes.

A atualização do exercício de teste de estresse aprimora e robustece as ações de gerenciamento de riscos no Banco, direciona ações estratégicas, além de atender às necessidades regulatórias e de fortalecimento do tema junto à Alta Administração e às áreas gestoras de negócios quanto aos impactos das mudanças climáticas na carteira do BB.

Também em 2024, desenvolvemos cenários de risco climático de transição para o BB, com o objetivo de identificar quais os impactos das trajetórias de neutralidade de carbono para o Brasil e buscando entender como cada trajetória afeta os negócios da instituição, e assim, nortear as decisões estratégicas, fortalecendo e aprimorando a gestão de riscos, definimos cenários de risco de transição para realização de análises de sensibilidade ou aplicação de testes de estresse. A partir da seleção dos cenários de risco climático de transição do NGFS, desenvolvemos análise de sensibilidade aplicada na carteira de crédito do BB. Dentre os cenários de referência disponíveis, foram selecionados os cenários de maior risco de transição e sua melhor adequabilidade ao Brasil nas visões "*Fragmented World*", "*Net Zero*" e "*Delayed Transition*". Além disso, foi realizada uma análise comparativa entre a projeção dada pelo cenário Macroeconômico do BB em relação aos indicadores dos cenários de referência NGFS. No trabalho, foi dada ênfase à dinâmica dos impactos, permitindo a identificação dos principais setores econômicos afetados.

A realização da análise de sensibilidade propicia uma visão mais clara dos impactos dos Riscos Climáticos de Transição sobre a carteira de crédito do BB, disponibilizando material para auxiliar outros processos como de gestão de capital e de teste de estresse.



Capacidade de adaptação do BB, frente as hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono

É fundamental que as empresas estejam aptas a enfrentar mudanças, sejam elas climáticas, legais, sociais ou ambientais. Nesse contexto, nossas ações são orientadas pelo [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), instrumento fomentador de negócios e práticas sustentáveis.

Adicionalmente, as narrativas de cenários desenvolvidas nos permitem avaliar diversas atividades associadas ao planejamento estratégico, identificando, previamente, necessidade de aprimoramentos.

Ao analisar como cada critério elencado pode impactar nossos negócios, nos preparamos para oferecer novos instrumentos financeiros ao mercado, como crédito para novas tecnologias, plataformas de negociação de emissões e empréstimos verdes, aproveitando as oportunidades de valor compartilhado. Ademais, é possível alinharmos, tempestivamente, o nosso apetite a riscos com ações de mitigação, tanto para o Risco Climático Físico quanto o de Transição.

Com o intuito de estimular ações de redução de emissões de GEE, empreendemos esforços para:

- projetos de geração, distribuição e consumo de energia renovável, incluindo a microgeração descentralizada;
- projetos de eficiência energética para indústrias, visando a substituição por máquinas e equipamentos mais eficientes, e para empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais;
- projetos de agricultura de baixo carbono e para a adoção de práticas agropecuárias sustentáveis;
- projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentáveis e o reflorestamento de florestas nativas e comerciais;
- mobilidade urbana, eficiência energética e mitigação e adaptação de cidades e seus cidadãos aos efeitos das mudanças climáticas;
- acesso de investidores e empresas a capital direcionado à economia de baixo carbono via instrumentos de mercado de capitais;
- projetos e instrumentos econômicos e financeiros que apoiem a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e da Política Nacional de Redução de Emissões;
- engajamento com governos, academia, empresas e terceiro setor para a promoção conjunta de ações que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono.

Em complemento, por meio dos [Compromissos BB 2030](#)¹⁴ para um Mundo mais Sustentável, apoiamos funcionários, clientes, investidores, fornecedores e sociedade na transição para um portfólio, de produtos e serviços, e práticas mais sustentáveis, que gerem valor para as pessoas e para o meio ambiente.

¹⁴ Todos os compromissos estão alinhados a objetivos globais, como o Acordo de Paris e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).



Tabela GER: Processos de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição da estrutura de gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.

Processo de identificação, mensuração e avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático

Seguindo as atribuições de responsabilidade expressas pelo MRLD adotado, a gestão do RSAC é desenvolvida em diversas áreas da organização, respeitando o âmbito de atuação. Utilizamos ferramentas que auxiliam na identificação do RSAC, dentre as quais destacamos:

- a) Anotações cadastrais relacionadas ao tema, de forma automatizada;
- b) Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático (QRSAC), aplicado na análise de risco e crédito de clientes Large Corporate, Corporate e outros de maior porte, além de projetos de maior sensibilidade;
- c) Monitoramento de mídia;
- d) Índice de vulnerabilidade social;
- e) Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;
- f) Listas públicas, como embargos e autuações ambientais, e relação de áreas contaminadas;
- g) Relatório de visita ao cliente;
- h) Sistema de acompanhamento das mudanças políticas, regulatórias e mercadológicas para adaptação e aprimoramento do processo de gestão;
- i) *Due Diligence* de fornecedores;
- j) *Due Diligence* Social, Ambiental e Climático, conforme figura abaixo.



Figura 3. Due Diligence RSAC



Cabe destacar que o Questionário de Avaliação dos Níveis de Responsabilidade Ambiental, Social e Climático incorporou a nova regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático, estruturando-se em grupamentos de questões por tipo de risco (social, ambiental e climático), por porte do cliente analisado e por setor de atuação. Em 2024, foi aprovada, ainda, a inclusão de questões específicas em atendimento ao normativo SARB 26/2023, da Febraban, que visa à gestão do risco de desmatamento ilegal na concessão de créditos a frigoríficos e matadouros de abate bovino na Amazônia Legal e Maranhão.

Em 2024, foram aplicados 5.577 questionários, dos quais 36 referentes a análise de projetos de investimento.

As rotinas, ferramentas e procedimentos que compõe o processo de *Due Diligence* do Risco Social, Ambiental e Climático, que reflete o atendimento da legislação aplicável, regulações, políticas, diretrizes e normas, iniciativas e compromissos assumidos pelo Banco, empregadas em todas as etapas do processo de crédito, estão organizadas e disseminadas internamente em ambiente único.

No desenvolvimento de produtos e serviços, adotamos um fluxo que inclui verificação prévia de características e impactos ASG. Os procedimentos adotados abrangem orientações ao gestor, questionário para levantamento de informações e a FAQ de Risco Social, Ambiental e Climático. Este fluxo conta com análise especializada das áreas de ASG e de Controles Internos e tem por objetivo auxiliar na identificação dos riscos associados aos fatores sociais, ambientais e climáticos por parte dos gestores no Banco.

No que se refere a mensuração do Risco Social, Ambiental e Climático, além dos processos de identificação e avaliação de riscos já previstos na [Lei das Estatais](#) (Lei nº 13.303/2016), em Legislação Complementar, no [Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A. \(RLBB\)](#) e aqueles inerentes a atividade de



compras e contratações, utilizamos instrumentos de *Due Diligence* complementares e especializados, por meio de questionários estruturados, pesquisa em fontes abertas e bases internas de informações das empresas avaliadas e seus respectivos administradores, indicadores KRI's¹⁵, soluções analíticas e visitas *in loco*.

Adotamos, também, indicadores e metodologia de sensibilidade ao RSAC, considerando avaliação em três visões – Setor Econômico, Cliente e Operação – e, em complemento, análise atrelada à região geográfica das operações, que permitem classificar, avaliar e monitorar os clientes de acordo com o grau de risco inerente às suas atividades.

Possuímos um conjunto de indicadores que são utilizados para mensuração e monitoramento do risco. Em decorrência das novas resoluções, em períodos anteriores e ao longo de 2024, revisamos a nomenclatura e a forma de cálculo dos indicadores e da metodologia de avaliação de sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático.

No que compete à efetiva mensuração do risco, por meio da metodologia de avaliação de sensibilidade ao RSAC, utilizamos informações relacionadas a aspectos sociais, ambientais e climáticos, entre as quais destacamos:

- Lista de trabalho análogo ao escravo;
- Trabalho infantil;
- Maiores devedores trabalhistas;
- Empresas inidôneas e suspensas;
- Carteira sustentável;
- Seguro rural;
- Proporcionalidade¹⁶;
- Bioma Amazônia¹⁷.

Na perspectiva do Risco Climático Setorial, avaliamos a exposição mensurada por meio da [Régua de Sensibilidade Climática da Febraban](#), adaptada para os nossos macrossetores. Avaliamos cenários que evidenciam potencial de materialização das mudanças climáticas na carteira de crédito do BB, aplicando análise de sensibilidade de forma integrada com a resiliência da estratégia corporativa.

Nessa etapa, realizamos análise do setor econômico associado às atividades do cliente, observando a possibilidade de exposição ao Risco Climático, conforme classificação da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD).

Ainda em termos setoriais, monitoramos ocorrências de eventos climáticos e seus potenciais impactos nos diversos setores da economia, notadamente em relação às cadeias do agronegócio, de forma a antecipar tempestivamente movimentos de gestão na carteira de crédito. Complementarmente, por meio do Relatório

¹⁵O *framework* do gerenciamento do risco operacional, categoria de risco de terceiros, tema fornecedores, estabelece por meio de *Due Diligence Social e Ambiental* aplicada aos fornecedores, *score* de risco do fornecedor em cada avaliação. Além disso, o *framework* também estabelece o *score* de exposição do Banco do Brasil ao risco operacional, categoria risco de terceiros, tema fornecedores nos temas avaliados.

¹⁶ Leva em consideração o prazo da operação e o montante de saldo.

¹⁷ O IBGE dispõe a relação de municípios que compõe o Bioma Amazônia, possibilitando a identificação dos clientes que residem nesses locais. Entendermos que, clientes que estão localizados nessas áreas estão mais propensos a incorrerem em eventos de risco ambiental.



de Acompanhamento de Clima, realizamos diagnóstico climático e análise das condições das lavouras das principais *commodities* agrícolas afetadas no trimestre, além do prognóstico de clima para o próximo período, e por meio do Diagnóstico Geo Socioambiental, geramos dados sobre sobreposição de glebas financiadas com diversas bases: Unidades Federativas (IBGE), Biomas (IBGE), Áreas Embargadas (IBAMA/ICMBio/SEMAs), Unidades de Conservação (ICMBio/MMA), Vegetação (IBGE), Clima (IBGE), Relevo (IBGE), Bacias Hidrográficas (IBGE), Solos (IBGE) e Potencial Agrícola (IBGE), entre outras.

Pensando na perenidade dos nossos negócios frente às ameaças das mudanças climáticas, analisamos cenários que consideram questões climáticas por meio de análise de sensibilidade, aplicada sobre a carteira do BB, na visão de macrossetores da economia, considerando eventos climáticos físicos e de transição, conforme detalhamento apresentado na Tabela EST.

No processo de gestão do risco climático, realizamos a identificação e avaliação dos impactos de Risco Físico e de Transição. Para o primeiro, aplicamos teste de estresse considerando variáveis climáticas, como a elevação da intensidade do fenômeno El Niño ou La Niña, para avaliar potenciais efeitos sobre a carteira de crédito. No caso do Risco de Transição, conduzimos análises de sensibilidade com base nos cenários NGFS, examinando como diferentes trajetórias macroeconômicas podem afetar nossos negócios.

No âmbito da Avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria fornecedor, realizamos uma gestão multidimensional para tratar fatores e eventos de riscos sob possibilidade de perdas financeiras decorrentes do processo de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços pelos fornecedores e de danos à reputação da instituição.

Para definição dos níveis de exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático dos fornecedores, utilizamos cenários desenvolvidos internamente e metodologia própria com faixas de riscos definidos, controlados e monitorados.

Avaliamos a sensibilidade ao Risco Climático Físico das instalações físicas próprias e de uso relevantes do BB, considerando os direcionamentos da TCFD e do Regulador. A Metodologia auxilia no mapeamento das instalações mais expostas a eventos de Risco Climático Físico, considerando o grau de relevância e impacto para o BB, a partir da observação de histórico e fatores elencados.

Em 2024, realizamos duas revisões na metodologia de avaliação de impactos de risco climático físico nas dependências do BB. As atualizações incluíram melhorias nas fontes de informações, que geraram alerta para uso interno. Assim, desde novembro de 2024, monitoramos diariamente os avisos meteorológicos de perigo e grande perigo que são divulgados no site do Inmet para o dia, e comparamos com o diagnóstico atualizado da exposição das dependências. Como resultado, tem-se as dependências do BB localizadas em municípios com probabilidade de ocorrências de eventos climáticos relevantes. Além disso, destacamos também a intensificação da comunicação com as dependências para obtenção de informações e envio de orientações.

A avaliação do nível de exposição das instalações do BB nos possibilita análise de impactos e vulnerabilidades, permitindo atendimento contínuo ao cliente e endereçamento de ações de mitigação conforme região geográfica, contribuindo no desenvolvimento de capacidade adaptativa da organização frente às mudanças climáticas, visando oportunidades e melhor gerenciamento do risco.



Critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao Risco Social, Ambiental e Climático

Na avaliação do Risco Social, Ambiental e Climático de Terceiros, subcategoria fornecedor, desenvolvemos indicadores para medir a exposição do banco, em que consideramos o resultado da avaliação individual dos fornecedores público-alvo e atribuímos pesos diferenciados para as avaliações com riscos mais elevados.

Quanto à classificação das exposições da nossa carteira de crédito, sob o viés RSAC, adotamos metodologia específica em que as exposições são avaliadas em três visões – Setor Econômico, Cliente e Operação – e ponderamos, ainda, nas análises, a região geográfica das operações.

Visão Setor Econômico

No âmbito do Risco Social, ponderamos o impacto em cada macrossetor, como “Relevante” para maiores saldos e “Baixo” para menores, considerando ocorrências de eventos de risco relacionados a:

- Trabalho análogo ao escravo;
- Maiores devedores trabalhistas;
- Incidência de trabalho infantil;
- Notícias relacionadas ao Risco Social resultantes do processo de monitoramento de mídia.

Adicionalmente, utilizamos a ponderação do Risco Social para alguns setores econômicos, referenciada no [Guia para Gestão dos Riscos Sociais](#).

No espectro Ambiental, além da classificação presente na [Política Nacional do Meio Ambiente](#) (Lei nº 10.165/2000) – que ranqueia as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais – contabilizamos as ocorrências atreladas a infrações do Ibama (embargos e autuações), embargos do ICMBio e notícias relacionadas a eventos de Risco Ambiental veiculadas na mídia.

Sob o prisma Climático, utilizamos como base a [Régua de Sensibilidade ao Risco Climático](#) proposta pela Febraban – onde há a descrição de diversas atividades/setores econômicos com alta e média exposição ao Risco Climático – adaptada para os nossos macrossetores.

Visão Cliente

Na dimensão Cliente, para exposições do Risco Social e Ambiental, além da classificação do macrossetor, consideramos informações cadastrais do cliente, determinadas pela presença de informações e anotações desabonadoras (de cunho social e ambiental), bem como outras relacionadas ao risco locacional, como o [Índice de Vulnerabilidade Social \(IVS\)](#) e a identificação do Bioma Amazônia.

Para o Risco Climático, consideramos o macrossetor, a proporcionalidade do cliente e a região de atividade do cliente. A esse último critério denominamos risco locacional, que é dado pelo [Índice de Vulnerabilidade a Desastres Naturais de Seca \(IVDNS\)](#) do município onde se desenvolve a atividade objeto da operação.



Visão Operação

Avaliamos nossas operações de crédito quanto à exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático, considerando o prazo médio ponderado da operação e o saldo de exposição, além das informações do setor econômico e a variável de constar na Carteira de Crédito Sustentável¹⁸ – que elenca as operações que possuem externalidades sociais e ambientais positivas, de acordo com as características das linhas de crédito e setores tomadores.

Em específico, para o Risco Climático das operações de produtores rurais, adicionamos, ainda, existência de seguro agrícola. A Tabela a seguir demonstra os valores de mitigadores no custeio agrícola, associados às operações rurais no Banco.

Tabela 5.. Distribuição de mitigadores no custeio agrícola – R\$ milhões¹⁹

	Safra 22/23	Part. %	Safra 23/24	Part. %	Safra 24/25	Part. %
Custeio Agrícola	51.728	100,0	47.921	100,0	36.267	100,0
Total com Mitigador	29.959	57,9	25.581	53,4	18.144	50,0
Seguro Agrícola	23.784	46,0	20.559	42,9	14.235	39,3
Proagro	6.092	11,8	4.933	10,3	3.829	10,6
Proteção de Preço	83	0,2	88	0,2	80	0,2
Sem Mitigador	21.769	42,1	22.340	46,6	18.123	50,0

Mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pelo BB

Diante da velocidade das informações que surgem diariamente, é imprescindível o acompanhamento e identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição. Buscando atualização constante e tempestiva, utilizamos mecanismos para identificação e monitoramento destas mudanças.

Mudanças Políticas

Dada a relevância do assunto, o BB dispõe da Gerência de Relações Institucionais, responsável por coordenar o relacionamento da instituição com os Poderes Executivo e Legislativo Federais, no que se refere às matérias legislativas em produção e em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse âmbito, potencializamos oportunidades e mitigamos riscos por meio de identificação de assuntos que podem impactar o Banco, atuando de forma preventiva. Além disso, monitoramos, via dados abertos, as matérias apresentadas e todas as tramitações dos projetos no Congresso Nacional.

Para o monitoramento, possuímos ferramenta própria que possibilita amplo acompanhamento das atividades (pronunciamentos parlamentares, pleitos, audiências públicas e matérias legislativas) e instrumentos (projeto de lei, medida provisória, requerimento de informação, indicação, projeto de resolução, entre outros) que

¹⁸ Possui verificação externa independente pela Nint/ERM (antiga Sitawi), em consonância com as principais taxonomias globais.

¹⁹ Fonte: [Relatório de Análise do Desempenho 4T24](#), p. 82.



estão em fase de apreciação pelo Congresso Nacional, ou por suas Casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e Comissões.

Mudanças Legais ou Regulamentares

Para o monitoramento de requisitos regulatórios e mudanças legais, utilizamos métodos de *analytics* para a captura e análise automatizada de informações nos sites dos principais reguladores.

De posse das informações resultantes, as áreas responsáveis pela internalização das normas avaliam o seu impacto e declaram as ações necessárias de forma tempestiva, a fim de garantir que produtos, serviços, processos e canais do BB estejam sempre em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores.

Regulamentações de Licenças/Outorgas d'água Estaduais

Em complemento aos processos já mencionados, também monitoramos as regulamentações federais, estaduais e municipais, tais como as emissões de outorgas d'água²⁰ e outras licenças ambientais²¹.

Realizamos o acompanhamento das alterações em legislações ambientais federais, estaduais e municipais pelos meios disponíveis – Diário Oficial do Estado, site do órgão ambiental e outros.

Mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático e os demais riscos

No âmbito do gerenciamento integrado de riscos, descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o Risco Social, Ambiental e Climático, e entre esse e os demais riscos incorridos pela instituição, observado o disposto no art. 38-E da Resolução nº 4.557, de 2017.

Nossa estrutura de gerenciamento de riscos permite a avaliação do nível de exposição aos riscos financeiros e não-financeiros, bem como de suas interações. O Risco Social, Ambiental e Climático pode gerar impactos nos demais riscos relevantes da instituição dada sua transversalidade e causalidade. Assim, nossa Taxonomia Corporativa de Riscos, relaciona os eventos dos Riscos de Crédito, Mercado, Operacional e Liquidez aos Fatores Ambiental, Social e Climático.

Sob a ótica de que a materialização de eventos relacionados aos riscos relevantes pode gerar exposição ao risco de reputação, monitoramos menções ao Banco e suas Entidades Ligadas (ELBB), em publicações e *posts* na imprensa digital e redes sociais relacionados a temas sensíveis, inclusive os de natureza social, ambiental e climática.

Nessa perspectiva, a gestão integrada de riscos possibilita o acompanhamento da nossa exposição, identificando os sombreamentos entre as diversas categorias, o que viabiliza melhor avaliação dos impactos nas interações entre os riscos, promovendo aprimoramento da gestão e adoção de estratégias e mitigadores mais assertivos, tais como:

- a) marcação na base de perdas operacionais, quanto aos fatores RSAC associados, para conhecimento de sua exposição e;
- b) atuação preventiva no processo de gestão, de modo a minimizar a ocorrência de outros riscos.

²⁰ A Outorga é o instrumento legal que assegura ao usuário o direito de utilizar os recursos hídricos, no entanto, essa autorização não dá ao usuário a propriedade de água, mas, sim, o direito de seu uso.

²¹ Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos e atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, conforme Art. 1º da Resolução Conama nº 237/1997.



Figura 4. Integração entre RSAC e demais riscos



A manifestação do Risco Climático pode se dar de diversas formas. A Tabela a seguir apresenta exemplos, não exaustivos, de diferentes tipos de riscos físicos e de transição e sua materialização em impactos diretos ou indiretos para a instituição em quatro tipos de riscos que gerencia.

Impactos diretos são aqueles de fácil identificação, uma vez que resultam da simples ação de causa e efeito. Por outro lado, impactos indiretos resultam de uma reação secundária, ou parte de uma cadeia de reações do mercado financeiro, nas economias locais ou em outras empresas.

Tabela 6. Materialização dos impactos do risco climático em outros riscos

Risco - definição	Risco Físico		Risco de Transição	
	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Risco de Crédito - Possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.	O aumento da frequência e severidade de eventos climáticos gera danos ao cliente e/ou danos à sua propriedade, o que pode ocasionar um aumento da probabilidade de inadimplência, bem como desvalorização dos bens dados em garantia.	O aumento dos danos diretos resultantes de eventos climáticos severos eleva os custos de seguro e/ou preço dos insumos, afetando a capacidade de pagamento dos clientes.	Mudança nos hábitos dos consumidores alteram a lucratividade de empresas que demoram a se adaptar a economia de baixo carbono.	Baixa rentabilidade de indústrias carbono intensivas leva a redução da produção de economias locais, aumento de desemprego e de risco de inadimplência (queda PIB regional).
Risco de Mercado - Possibilidade de perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.	O calor e a seca causam variabilidade na produção agrícola ou o clima severo perturba as cadeias de fornecimento de commodities, levando à volatilidade dos preços.	Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos em uma região de alto risco leva a mudança sistêmica nos tipos de culturas produzidas nas regiões afetadas.	A redução da demanda do consumidor por produtos/serviços menos sustentáveis e de alta emissão de carbono impacta negativamente o valor patrimonial das empresas de transição lenta.	Demanda sustentada por ativos "verdes" associada a restrições na cadeia produtiva levam a volatilidade dos preços desses ativos.
Risco Operacional - Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos.	Evento climático severo pode causar danos às estruturas do Banco, causando a interrupção temporária de serviços e negócios. Além disso, podem causar desvalorização dos bens não de uso, implicando em perda operacional.	Eventos climáticos cada vez mais frequentes e destrutivos em regiões de alto risco físico levam à migração de empresas e residentes para fora dessas regiões, criando desafios de contratação e retenção de funcionários para os locais.	A implementação de novos modelos de negócio, a elaboração de relatórios relativamente a metas relacionadas com o clima e o surgimento de várias expectativas regulamentares relativas à questão em nível mundial conduzem a um aumento do risco operacional, devido implementação inadequada.	Cenário regulatório e jurídico ambíguo e em rápida evolução sobre questões climáticas ocasionando mais litígios contra o setor financeiro, promovendo ao aumento dos custos jurídicos e de conformidade.
Risco de Estratégia - Possibilidade de resultados observados diferentes dos inicialmente esperados, em virtude de mudanças no ambiente de negócios ou da utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.	Manutenção de estratégia de negócios com clientes/setores cada vez mais suscetíveis a eventos climáticos severos, que reduzem a lucratividade deles.	Decisão pela manutenção de instalações de unidades do banco em localidades que tenham alta exposição ao risco climático físico.	O Banco não consegue atrair negócios "verdes" à medida que a sociedade muda para uma economia de baixo carbono, afetando o cumprimento de suas metas relacionadas ao clima e, conseqüentemente, sua reputação.	O não atingimento de metas relacionadas ao clima pelo cliente, pode causar um desalinhamento à estratégia do BB.



Processos de monitoramento, controle e mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático

Negócios

No que tange à nossa carteira de clientes, monitoramos nossa exposição aos Riscos Social e Ambiental por meio de indicadores e limites estabelecidos, possibilitando adoção de ações para enquadramento das exposições, em caso de desvios.

Por se constituir de negócios de dimensão relevante dentro do Banco, controlamos a exposição ao Risco Social, Ambiental e Climático estabelecendo limite em nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e acompanhando indicadores que nos auxiliam no controle da exposição da carteira de crédito.

Em 2024, aprimoramos os indicadores RSAC permitindo maior visibilidade para a concentração da carteira exposta ao risco, de forma a permitir o acompanhamento global da exposição e seus insumos. Além do acompanhamento de limites no nível da RAS, monitoramos os indicadores via Painel de Gestão, com reporte ao Comitê Executivo de Gestão de Risco e Capital (CEGRC).

Por meio de ferramenta de monitoramento, realizamos o acompanhamento diário do nível de alerta e emergência de barragens de mineração, de acordo com informações disponibilizadas pela Agência Nacional de Mineração, ensejando avaliação especialista em caso de agravamento.

Quanto à gestão de Riscos Climáticos Físicos da carteira de Agronegócios, há um conjunto de ferramentas, relatórios e painéis de acompanhamento que compõem uma rede de verificação e monitoramento da carteira de crédito rural.

Essa rede de monitoramento abarca desde o cadastro do cliente até as fases de contratação e condução de operações de crédito rural com diferentes abordagens, seja pela amplitude da verificação ou direcionamentos estratégicos de gestão da carteira, conforme discorreremos a seguir.

Desenvolvemos o Painel de Monitoramento de Safra que nos auxilia no monitoramento dos impactos climáticos sobre as safras, mapeando situações de calor excessivo, doença, estiagem, excesso de chuvas, geada, granizo, incêndio, praga, ventos fortes ou múltiplas ocorrências.

No que tange ao desmatamento, instituímos ações de mitigação do RSAC que visam inibir a prática de desmatamento ilegal, auxiliar o acultramento de boas práticas dentro da cadeia de valor e promover a recuperação de pastagem e áreas degradadas. A exemplo, não concedemos crédito rural destinado a beneficiar imóveis que constem na lista de áreas embargadas por desmatamento ou queimadas irregulares divulgadas pelo Ibama. Utilizamos de ferramentas voltadas à identificação e mitigação do risco e possuímos diretrizes, compromisso e indicador voltado para a promoção de recuperação de áreas degradadas. Também estamos aderentes à [SARB 26](#), voltada para clientes matadouros e frigoríficos bovinos na Amazônia Legal e no Maranhão.

Terceiros e Fornecedores

Monitoramos a exposição ao Risco Social e Ambiental de Terceiros, subcategoria fornecedor, por meio de indicadores e nível de exposição desejado, possibilitando adoção de ações para reenquadramento das exposições, em caso de desvios.

A fim de mitigar os riscos verificados, realizamos contatos e interações com nossos fornecedores, no sentido de conscientizar, orientar e induzir na adoção de práticas mais sustentáveis. Não obstante, todos os nossos contratos são dotados de cláusulas contratuais com responsabilidades de boas práticas sociais e ambientais, com indicação de



penalidades em caso de descumprimento e até mesmo com a possibilidade de rescisão unilateral dos contratos, sem prejuízo das penas e multas possíveis.

O cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias é dever contratual e legal. Assim, verificamos, previamente ao pagamento, o cumprimento desses dispositivos entre os fornecedores, além de analisar indícios ou denúncias de eventuais infrações e desconformidades.

Ademais, constam em todos os contratos, cláusulas e obrigações contratuais relacionadas a Direitos Humanos, em que o fornecedor declara e obriga-se a cumprir.

Em complemento, um fiscal de contrato, um fiscal de serviço e a Ouvidoria Interna são colocados à disposição dos trabalhadores de empresas contratadas, para o registro de reclamações relacionadas ao seu contrato de trabalho.

Para aprimoramento do processo de *Due Diligence* de Fornecedores, no âmbito social, ambiental e climático, implantamos ações através do [Plano de Sustentabilidade Agenda 30 BB](#).

Gestão estratégica

Monitoramentos Macrossetoriais

Compreende, além dos diversos macrossetores da economia, aqueles associados ao agronegócio de origem vegetal e de origem animal, em suas diversas cadeias produtivas (milho, soja, trigo, arroz, café, laranja, cana-de-açúcar, fumo, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, aves e suínos). Esse processo contempla o acompanhamento do desempenho da carteira de crédito nos recortes setoriais por meio de painéis, a definição de perspectivas de mercado para os macrossetores e segmentos monitorados, bem como a publicação de um conjunto de conteúdos com ênfase em análises setoriais (Cenários Setoriais, Panorama Macrossetorial, Alerta Macrossetorial, Informe Macrossetorial, Estudos Especiais, *Briefings* etc.). Ademais, mais especificadamente em relação ao risco climático, vem sendo realizado relatório de monitoramento periódico específico para avaliação dos impactos de fenômenos como “*El Niño*” e “*La Niña*”.

Análise de Conjuntura

Realizamos reuniões de Análise de Conjuntura, trimestralmente ou extraordinariamente, com o objetivo de monitorar a carteira, identificando situações climáticas ou mercadológicas que possam acarretar risco, direcionando medidas de mitigação cabíveis. Exemplo de medidas são os ajustes em indicadores de projeção de preços, estratégia de acionamento de mitigadores, ajustes de regras de contratação, dentre outros que abordaremos nesse documento.

Também são realizadas, semanalmente, a análise de Cenários Macro e Commodities Agro, onde são tratadas eventuais ocorrências que acarretariam necessidade de revisão da análise de conjuntura e direcionamento para posicionamento estratégico de mercado para as principais atividades. Nessa reunião são debatidos os preços, escoamento, produtividade prevista e esperada, comportamento das commodities dentre outros temas.

Monitoramento Específico

Para mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático, instituímos e revisamos políticas, normas de gestão, procedimentos e cláusulas contratuais, além de recomendar medidas e procedimentos corretivos em caso de identificação de deficiências.



Referencial Técnico Agropecuário (RTA)

O RTA se apresenta como a engrenagem central para integração dos mecanismos de acompanhamento de contratação e acompanhamento das operações.

O Assessoramento Técnico em Nível de Carteira (ATNC) do Banco do Brasil, formado por 250 profissionais, graduados em ciências agrárias e distribuídos por todo o país, conhecidos como Assessores de Agronegócios, é o principal responsável pelo conteúdo do Sistema RTA.

A partir das informações coletadas e registradas por esses profissionais, com a utilização de metodologia própria, o RTA analisa a atratividade dos empreendimentos agropecuários nas diferentes microrregiões do país, possibilitando o registro das informações sobre a produção agropecuária no cadastro e auxiliando o estabelecimento do limite de crédito do produtor rural. O sistema também fornece parâmetros para a contratação automatizada das operações de custeio agropecuário, seguro agrícola, entre outros.

O RTA estabelece diferentes níveis de atratividade para o financiamento das atividades baseado em condições climáticas e de mercado verificadas em safras anteriores. As séries históricas de preços e de produtividades, combinadas ao desempenho em safras passadas, definem esse nível de atratividade em um monitoramento contínuo das culturas financiadas.

Rede de Inteligência e documentos de análise setorial

A Rede de Inteligência Agro, formada por assessores de agronegócios, subsidiada pelas reuniões estratégicas de Conjuntura e Cenários Macro anteriormente mencionadas, também elabora materiais com estudos que refletem nas decisões estratégicas de aplicação de recursos, conforme público, região e culturas, segundo análise de riscos de perdas. Destacam-se a Análise de Conjuntura, o Fator de Tendência de Preços, a Análise Semanal do Campo, BB CastAgro e o Relatório Trimestral do Clima.

A Análise de Conjuntura é um periódico que traz os principais fundamentos das cadeias produtivas de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, feijão, laranja, milho, pecuária de corte e de leite, soja e trigo, direcionando a tendência de preços para ajustes do Sistema RTA.

Com a Análise Semanal do Campo e Conexão Mercado Agro realizamos o acompanhamento dos mercados interno e externo, com previsão de cenários e seus impactos para o curto, médio e longo prazos e racional estratégico para posicionamento no mercado das commodities: soja, milho, café e boi.

Diagnóstico Geo Socioambiental

O Banco do Brasil faz a verificação de sobreposição entre bases cartográficas e as glebas vinculadas às propostas de financiamento. Estas bases são classificadas como dados abertos e publicadas por entes públicos, das mais variadas classes, que vão desde o mapeamento da hidrografia até a classificação dos tipos de solo e da identificação do bioma à localização da área em distritos.

A solução, denominada Diagnóstico Geo Socioambiental, assegura que a gleba/CAR financiado esteja fora de áreas com restrições legais ou com vedações normativas internas, tais como áreas embargadas pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de imóveis com embargo no bioma Amazônia, terras indígenas e quilombolas e Unidades de Conservação.

Além disso, a ferramenta verifica áreas com alerta de desmatamento ilegal, utilizando a plataforma MapBiomas Alertas. A análise das coordenadas geográficas da gleba sobre essas bases é realizada antes da formalização da



operação e, em caso de sobreposição de qualquer base impeditiva, o processo de contratação de crédito é interrompido.

Indicadores de Alertas Comportamentais

Para mitigar as ocorrências de fraudes e irregularidades no crédito rural identificadas em fiscalizações de empreendimentos financiados, o Banco do Brasil realizou estudos para mapear situações que possam servir de parâmetros indicativos de atenção.

A ferramenta "Indicadores de Atenção AGROnline", gera sinalizadores em propostas que apresentem determinadas características e que, por essa razão, requeiram atenção no momento do deferimento. Esses indicadores são representativos de características já observadas previamente em operações de crédito que apresentaram alguma irregularidade.

Seu objetivo é mitigar riscos operacionais previamente à contratação de financiamentos rurais, permitir o monitoramento de operações contratadas com as ocorrências identificadas e proporcionar maior segurança na formalização de operações de crédito rural.

A presença de Indicadores de Atenção AGROnline em uma proposta não implica, necessariamente, a ocorrência de fraude, mas pode sinalizar a necessidade de reavaliação da operação antes do seu deferimento

Monitoramento de Safra

O monitoramento de Safra, por meio do Alertas Agropecuários, é outra ferramenta aplicada em todo território nacional, baseada em alertas de eventos climáticos e de mercado emitido pelos assessores de agronegócios, que são registrados diretamente no sistema do BB e permitem observar a incidência de eventos climáticos adversos.

Essas informações sensibilizam as operações de crédito rural e permitem ações proativas para mitigação de riscos financeiros e acionamento de seguros, viabilizando a manutenção do produtor na atividade rural.

Núcleo de Estudos GEO – Rede Gerag

Foi constituído o Núcleo de Estudos GEO no âmbito de atuação dos assessores de agronegócio do Banco do Brasil. A rede de especialistas da rede GERAG atua com ferramentas de georreferenciamento e geoprocessamento com objetivo de gerar dados e construir soluções.

O trabalho do Núcleo de Estudos permitiu a geração de informações estratégicas em tempo hábil para a atuação do BB nos impactos climáticos como as enchentes no Rio Grande do Sul e as queimadas em todo o Brasil.

Zoneamento Agrícola

Também mitigamos o Risco Climático Físico por meio de ferramentas como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que indica os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e as cultivares mais adaptadas. É o principal marco balizador para o financiamento de custeio de lavouras nos diversos municípios do país.

Apoio à Agricultura Sustentável

O apoio à agropecuária sustentável visa à obtenção de retornos sustentáveis no longo prazo, para além das análises financeiras e de risco tradicionais. As tecnologias sustentáveis também estão associadas à redução de custos e aos ganhos de eficiência, contribuindo para a sustentabilidade dos modelos de produção no longo prazo.



Iniciativas direcionadas à redução das emissões de CO₂ na atividade agropecuária e conservação do meio ambiente são apoiadas e amparadas no Renovagro – Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis.

O Programa Agro Energia visa estimular o uso de energias renováveis no meio rural, através de financiamento de usinas geradoras de energias alternativas renováveis e limpas, destinadas à geração de energia para desenvolvimento de atividades agropecuárias, dentre as fontes: energia solar, energia de biomassa e energia eólica.

O Banco participa do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD). Com este programa, pretende-se promover a recuperação e conversão de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis, podendo praticamente dobrar a área de produção de alimentos no Brasil sem desmatamento, evitando assim a expansão sobre áreas de vegetação nativa. O BB atua como membro convidado permanente do Comitê Gestor, colaborando com as ações e propostas por meio dos grupos técnicos.

Convergindo com a iniciativa do PNCPD, o Banco implementou o Programa Pecuária Mais Sustentável. Um acordo firmado com parceiros de inovação, destinado a promover modelo viável de rastreabilidade e sustentabilidade na pecuária de corte, visando recuperar áreas degradadas, aprimorar os processos de gestão das propriedades, incluir implantação de melhores práticas de agricultura de baixo carbono, inserir os produtores na rastreabilidade da cadeia produtiva e gerar bonificações ambientais para os pecuaristas.

Em adição, fornecemos aos nossos clientes um portfólio de produtos, que inclui Seguros Agrícolas²², para mitigação de risco de perda da produção em virtude de eventos climáticos extremos.

Destacamos o lançamento do Seguro Florestas de Preservação para produtores rurais, pela BB Seguros. Este produto permite ter a segurança necessária para recompor as áreas nativas de Reserva Legal, Preservação Permanente e excedente de vegetação nativa em caso de incêndio. Isso garante que o produtor rural possa continuar trabalhando com tranquilidade e segurança, sem colocar em risco o meio ambiente.

Portal dos Macrossetores

O monitoramento setorial de mercado no BB, realizado para fins de gestão do portfólio de crédito e de apoio ao processo de análise de crédito de clientes, observa o RSAC a que os setores estão expostos, sendo materializado através de painéis com informações de crédito em recortes setoriais, bem como por um portfólio de análises e relatórios internos com ênfase em conteúdos setoriais.

Assim, para disseminação dos conteúdos, foi desenvolvido o Portal dos Macrossetores, que hospeda em único ambiente o conjunto de relatórios correspondentes, de forma a otimizar o acesso interno pelas diferentes áreas e usuários do Banco.

Nesse mesmo sentido, a fim de contribuir para a gestão da carteira de crédito do Banco e sua adequada adimplência, o BB monitora os impactos de eventos climáticos, que possam afetar a sustentabilidade econômico-financeira de clientes e setores de atividade, efetuando avaliações especializadas conforme o caso.

²² Programa de Garantia de Atividade Agropecuária.



Gestão de Garantias

Para o monitoramento da carteira de crédito com garantias que possam ter seus valores afetados em razão da ocorrência de eventos de RSAC, foi desenvolvido o Painel de Acompanhamento do Impacto de Eventos Sociais, Ambientais e Climáticos em Garantias.

Para o acompanhamento e avaliação de possíveis impactos decorrentes de eventos climáticos, são utilizadas as informações relativas à ocorrência de Estiagem e Chuvas Intensas obtidas semanalmente no site oficial do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, que é alimentado com base nos decretos de calamidade e emergência pelos municípios atingidos por esses eventos.

As informações de ocorrências de Estiagem e Chuvas são cruzadas com as garantias registradas em sistema do Banco, para identificação dos imóveis urbanos e rurais localizados em municípios com decreto de calamidade ou emergência em decorrência de eventos climáticos.

No acompanhamento do impacto de eventos climáticos em garantias é possível identificar, nas 27 Unidades da Federação, quais municípios foram afetados por eventos climáticos dos tipos “chuvas intensas” e “estiagem”, com detalhamento do saldo devedor das operações com garantias de imóveis urbanos e rurais, valor total dos bens vinculados em garantia e quantidade de clientes e operações que possuem uma daquelas garantias.

Relativamente ao Risco Social e Ambiental são identificadas localização de garantias constituídas por imóveis urbanos e rurais, cujos proprietários apresentam restrições cadastrais relacionadas a infrações ambientais e sociais.

A incorporação desses painéis no processo de gestão de garantias constitui importante ferramenta para o acompanhamento das garantias da carteira de operações de crédito do Banco e avaliação de possíveis impactos diante da ocorrência de fatores RSAC.

Avaliação de Instalações Físicas

No que concerne aos processos de monitoramento, controle e mitigação decorrentes da Avaliação da sensibilidade ao Risco Climático Físico das instalações do BB, o objetivo principal é preservar o meio ambiente e reduzir os impactos causados por mudanças nos padrões climáticos, garantindo a sustentabilidade dos negócios do Banco. Para isso, o Banco adota medidas de mitigação de riscos climáticos, incluindo o monitoramento da probabilidade de eventos climáticos extremos e alterações de longo prazo nos padrões climáticos das regiões onde existem dependências do BB. A responsabilidade do Banco inclui a disponibilidade, funcionamento e manutenção das instalações físicas, tanto de imóveis próprios quanto de uso não próprio, bem como a infraestrutura predial. Esse monitoramento identifica eventos externos inesperados, como fenômenos climáticos, que representam riscos e que, associados às características prediais das instalações físicas do BB, bem como as estratégias para mitigação dos riscos, elaboradas pela equipe interna de engenheiros, vem minimizando as ocorrências e possíveis perdas. Assim, o Banco demonstra capacidade adaptativa diante das mudanças climáticas no país.

Gestão de Calamidades

Sob a ótica da responsabilidade social e diante de situações de calamidades, o BB promove ações para diminuir o drama sofrido por funcionários, clientes e comunidades atingidas por catástrofes, por meio de iniciativas que envolvem toda a sua cadeia de relacionamento.

Dessa forma reforça o seu papel público e sua responsabilidade socioambiental, somado ao papel de sensibilização e promover uma onda de voluntariado para toda a sociedade civil.



Diante de uma emergência ou calamidade pública, o Banco de forma proativa estabelece diversas ações:

- Programa Ajuda Humanitária, que consiste no aporte da Fundação Banco do Brasil para compras de itens de necessidades básicas, como água, materiais de higiene, roupas etc.;
- Campanhas para arrecadação de doações, envolvendo corpo funcional, clientes e sociedade, que são ações de arrecadação de recursos financeiros doados por meio de uma conta corrente exclusiva, com ampla divulgação nos canais de comunicação do banco e redes sociais;
- Renegociação de dívidas com taxas e condições diferenciadas, ao público pessoa jurídica, pessoa física e produtor rural;
- Crédito: Prorrogação de parcelas de empréstimos (Pessoa Jurídica, Pessoa Física e Produtor Rural);
- Oferta de operações de crédito com esteira diferenciada, aos municípios impactados (se houver limite disponível);
- BB Seguros: iniciativas como, flexibilização de assistências dos seguros residencial e empresarial, monitoramento dos avisos de sinistros das áreas afetadas, esteira priorizada de atendimento aos clientes;
- Orientação aos gestores municipais de como solicitar os recursos e o cartão de Pagamento da Defesa Civil;
- Disponibilidade de agência BB Móvel, quando necessário, com o intuito de assistir os clientes localizados na área afetada.

Por meio dessas práticas, mitigamos os riscos ao meio ambiente e à sociedade, ao reduzir os impactos de nossos financiamentos e investimentos, além de identificar novas oportunidades de atuação na cadeia de valor dos negócios sustentáveis.

Apoio ao Rio Grande do Sul

O BB é solidário com a população do Rio Grande do Sul pela calamidade que atingiu o estado e está comprometido em prestar auxílio às famílias e aos negócios atingidos pelas enchentes. A empresa se empenhou em ações que têm como prioridade oferecer assistência imediata e eficaz para a população afetada, fazendo valer o propósito de “Ser próximo e relevante na vida das pessoas em todos os momentos”.

A Fundação BB, por meio de seu Programa Ajuda Humanitária, apoia comunidades e pessoas em situação de vulnerabilidade social impactadas por calamidades e crises humanitárias.

Dado o impacto das enchentes, foram arrecadados o total de R\$ 88,4 milhões, para apoio emergencial à população afetada e reconstrução das áreas atingidas. Até dezembro de 2024, o volume doado pelo Conglomerado BB foi de R\$ 56 milhões e arrecadados R\$ 32,4 milhões, em campanhas internacional e nacional, além do aporte de recursos próprios da Fundação BB.

Durante o período, o conglomerado BB flexibilizou condições negociais de produtos e serviços com o objetivo de apoiar a transição dos clientes, funcionários e parceiros, dentre os quais, destacam-se isenção de tarifas, ações dentro dos negócios de consórcios, seguridade e meios de pagamentos.

Em 2024, a carteira de crédito no Rio Grande do Sul totalizou R\$ 68,1 bilhões, sendo R\$ 61,6 bilhões se considerados apenas os municípios em situação de emergência ou calamidade pública (o que corresponde a 6,0% da carteira de crédito interna), totalizando 4,1 milhões de operações com 758,3 mil clientes. Destaca-se que 66,6% dessas transações contam com garantias reais e 95,2% do saldo das operações nos municípios atingidos estava classificado entre os riscos AA e C.



Dentre as ações, destacam-se:

- Prorrogação automática de operações de crédito rural, por meio das Resoluções CMN nº 5.132, 5.162 e 5.173;
- Disponibilização das Linhas Emergenciais Pronaf Mais Alimentos, Pronamp Investimento e BNDES Emergencial RS;
- Operacionalização da MP 1247 e Decretos 12.138 e 12.170 – Concessão de desconto para liquidação e renegociação de operações rurais;
- Prorrogação de Operações Rurais – Condições Especiais – Resolução CMN nº 5.164 e 5.173.

Disseminação da Cultura de Riscos

Ao fomentar uma cultura de risco, envolvendo todos os níveis da organização, desde a Alta Administração até os funcionários da linha de frente, buscamos a capacitação do corpo funcional, uma gestão de riscos mais eficaz nos processos, além de contribuir com o debate e evolução da gestão.

O Banco do Brasil, por meio da sua Universidade Corporativa (UniBB) oferece soluções de capacitação organizadas em trilhas de aprendizagem, dentre elas a Trilha Sustentabilidade, que visa orientar seus funcionários quanto à sustentabilidade corporativa – capacidade de uma empresa prosperar em um ambiente de negócios competitivo, de mudanças e gerenciamento dos riscos e oportunidades nas dimensões econômica, ambiental e social.

Em 2024, aconteceu internamente a 2ª Edição da Jornada RSAC, evento organizado para a disseminação da cultura de gestão de riscos e controles, com foco na gestão do RSAC. O evento promove o debate sobre riscos, e reflete o compromisso do BB com a sustentabilidade e o desenvolvimento de práticas que gerem impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente. Além disso, reforça a conscientização e compreensão sobre a importância desses aspectos na tomada de decisões corporativas, contribuindo para a sustentabilidade e perenidade dos negócios do BB.

A Jornada reuniu representantes do Banco do Brasil, especialistas de mercado e do Banco Central para discutir e compartilhar conhecimentos sobre os desafios e soluções relacionados aos riscos que afetam nossos negócios, a comunidade e o meio ambiente.

No âmbito do Risco Social o Banco do Brasil lançou, em novembro de 2024, o Protocolo Antidiscriminação, que padroniza e estabelece fluxos para atuação em casos de discriminação. O protocolo visa o acolhimento, incentivo à denúncia e gestão das consequências, sendo considerado um passo importante na luta contra qualquer forma de discriminação incluindo racismo, discriminação de gênero, LGBTfobia, capacitismo, discriminação religiosa e etária, abrangendo todos os públicos de relacionamento da instituição. O BB repudia qualquer forma de discriminação e está comprometido em criar um ambiente inclusivo e seguro para todas as pessoas. Por meio do protocolo o Banco espera apresentar respostas mais rápidas em casos de discriminação, demonstrando de forma prática o compromisso da empresa com a diversidade, equidade e inclusão.



Mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos

Monitoramos, mensalmente, as concentrações das exposições de alta sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático em relação à carteira de crédito total. Na perspectiva dos setores econômicos, monitoramos a exposição dos setores de elevada suscetibilidade ao RSAC, em relação à carteira de crédito Pessoa Jurídica.

Além disso, monitoramos o saldo de operações com clientes de sensibilidade RSAC alta, contemplando a visão global da carteira de crédito, tendo por base os limites de gestão atribuídos, de forma alinhada com nossas diretrizes e Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos. Periodicamente reportamos a apuração das exposições em Comitês Estratégicos da Instituição.

Avaliamos a efetividade de instrumentos mitigadores ou de transferência de riscos utilizados nas exposições através da análise do saldo das operações da carteira de crédito, contemplando as regiões geográficas das operações do cliente. Também analisamos a carteira de crédito sustentável do BB, que compreende o montante das operações/linhas de crédito destinadas a financiar atividades e segmentos que impactam positivamente questões sociais, ambientais e climáticas.

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Crédito Sustentável do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Febraban publicada no estudo [“Guia Explicativo sobre a Taxonomia Verde da FEBRABAN”](#), e está alinhada às principais taxonomias internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles – GBP*) e Princípios para Títulos Sociais (*Social Bond Principles – SBP*), conforme atestado pelo parecer independente emitido pela Nint/ERM (antiga Sitawi).

Por fim, cabe ainda salientar que o BB, visando robustecer a mitigação do Risco Social, Ambiental e Climático, utiliza mecanismos que se pautam na busca de diversificação de riscos, na eliminação de concentrações indesejadas, no controle das exposições e na adequação do perfil de riscos, focando sempre no equilíbrio dos negócios e na preservação de capitais da organização.



Tabela MEM: Indicadores utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Descrição dos indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático.

Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático

Como parte do aprimoramento da gestão do Risco Social, Ambiental e Climático desenvolvemos indicadores que auxiliam na mensuração, controle e monitoramento desse risco, além de propiciarem o balizamento da estratégia corporativa, sinalizando a necessidade de canalizar, ou não, recursos para determinados negócios, ponderando o risco, o apetite do Conglomerado e a concentração atual das exposições.

Como base dos indicadores, utilizamos a Metodologia de Avaliação de Sensibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático, onde a apuração das exposições é realizada a nível de setor, cliente e operação e o uso de algumas variáveis nos permite classificar as concentrações sob o viés de setores econômicos, regiões geográficas ou prazos médios.

Em nível setorial, mensura-se a exposição da carteira de crédito do Banco ponderada pelo Risco Social, Ambiental ou Climático do respectivo macrossetor, obtendo, assim, a concentração dessa carteira em cada uma das categorias, dados critérios internos. Nesta visão, o risco ponderado está associado ao macrossetor e sua classificação transita entre níveis Alto, Médio e Baixo.

Já no nível cliente, mede-se a exposição do Banco junto a clientes com níveis elevados (segundo critérios internos) de Risco Social, Ambiental e Climático, aferindo a concentração da carteira de crédito com o conjunto desses clientes. Ainda neste nível, observa-se a concentração da exposição da carteira de crédito do BB com clientes que possuem autuações (Ibama) e/ou embargos (Ibama/ICMbio), inclusive com recorte específico dessa exposição em áreas do Bioma Amazônia.

Quanto às operações, visto a relevância da carteira rural para o BB, apuramos a exposição nesta carteira, em imóveis localizados no Bioma Amazônia, e a confrontamos com nossa carteira de crédito total. Aqui também realizamos o acompanhamento da concentração de nossa carteira de crédito em operações de elevada suscetibilidade ao Risco Social, Ambiental e Climático (sob critérios internos).

Além das concentrações por meio do montante de exposição, entendemos ser importante analisarmos o volume de mitigadores e garantias atrelado às operações.

Nessa linha, robustecemos o rol de indicadores de gestão do RSAC, com a revisão dos indicadores e aprovação de novos indicadores, alinhados à estratégia de ampliação da carteira sustentável e focados no grupo de alta sensibilidade RSAC, tanto da carteira rural quanto da carteira total de crédito do BB.



Em adição, anualmente realizamos o [inventário de GEE](#)²³ das nossas atividades, diretas e indiretas (Escopo 1, 2 e 3)²⁴. Neste contexto, a gestão de emissões é realizada em consonância com a nossa Política Geral e a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), pela qual reforçamos nossa atuação, que considera os interesses dos públicos de relacionamento na promoção de iniciativas voltadas à redução de riscos e ao aproveitamento de oportunidades relacionadas às questões socioambientais, inclusive às mudanças climáticas.

O Inventário segue o princípio de melhoria contínua do nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e para garantir sua confiabilidade, contratamos empresa especializada em auditorias ambientais para realizar a verificação externa do Inventário, conforme especificações da NBR ISSO 14064:3 e da metodologia GHG *Protocol*. Os dados básicos para o cálculo das emissões de GEE do BB são prioritariamente obtidos em nossos sistemas, especialmente nos aplicativos de controle de despesas administrativas e administração de recursos humanos, e solicitados diretamente às áreas responsáveis. Anualmente, desde 2008, realizamos e publicamos nosso [Inventário GEE](#) no site do Registro Público de Emissões, sob responsabilidade do Programa Brasileiro GHG *Protocol* (FGV-GVces).

Quanto a metodologia utilizada, contabilizamos e relatamos as emissões de GEE em três escopos, conforme especificações do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, em toneladas de CO₂ equivalentes (tCO₂e). O relato é feito sob a abordagem de Controle Operacional e representa as mais de 4 mil dependências em todo o País, incluindo agências de varejo, atacado e governo, unidades regionais e unidades estratégicas, por suas atividades diretas no Escopo 1 e indiretas nos Escopos 2 e 3, com suas fontes definidas conforme segue:

Escopo 1 – Emissões diretas das atividades de consumo de combustível (combustão móvel –veículos de frota, combustão estacionária – combustível de geradores de energia elétrica) e emissões fugitivas (gases refrigerantes e de extintores de incêndio);

Escopo 2 – As emissões indiretas de Escopo 2 são calculadas com base no consumo estimado de energia elétrica (MWh) do Banco e, a partir de 2021, o relato passou a ser realizado conforme as abordagens aceitas pelo Programa Brasileiro do GHG *Protocol* (PBGHGP), sendo:

- o Abordagem baseada na localização (obrigatória): considera o consumo de energia elétrica de acordo com a matriz energética brasileira onde deve ser utilizado o fator de emissões do Sistema Interligado Nacional (SIN), que fornece energia elétrica de diferentes fontes, desde hidrelétricas até termelétricas (não renovável), situação que, anualmente, interfere significativamente na conversão do consumo de energia para carbono equivalente (fator de emissão do SIN);
- o Abordagem baseada na escolha de compra (opcional): onde relatamos o consumo de energia elétrica fotovoltaica das usinas do BB, complementada pela compra de Certificados de Energia Renovável (RECs em inglês), que garantem, na mesma quantidade de eletricidade consumida, a rastreabilidade e a origem renovável da energia.

²³ Consiste na mensuração e publicação das emissões de GEE do Banco do Brasil (BB) e tem como base a metodologia do Programa GHG *Protocol*, adaptada ao contexto brasileiro pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do *World Resources Institute* (WRI), do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e de 27 empresas fundadoras, entre elas, o BB.

²⁴ Conforme parâmetros do GHG (*Greenhouse Gas*) *Protocol*, o Escopo 1 engloba as emissões lançadas à atmosfera que vêm diretamente do processo produtivo da empresa, no Escopo 2 as emissões associadas à geração de eletricidade que a empresa consome e o Escopo 3 as emissões indiretas, que ocorrem ao longo da cadeia de produção de quem está elaborando o inventário.



Escopo 3 – Emissões indiretas (outras) das atividades que o BB influencia²⁵:

- o Categoria 1 – Bens e Serviços Comprados (emissões que ocorrem no ciclo de vida – extração, produção e transporte do papel comprado pelo BB);
- o Categoria 3 – Atividades Combustível e Energia (emissões relativas à extração, produção e transporte de combustíveis comprados e consumidos pelo BB, relatados no Escopo 1);
- o Categoria 4 – Transporte e Distribuição – *Upstream* (emissões do transporte de malote compartilhado da Febraban, transporte de numerário e outros transportes contratados pelo BB);
- o Categoria 5 – Resíduos Gerados nas Operações (emissões da geração de efluentes com base no consumo de água, e do consumo de papel, realizados pelo BB);
- o Categoria 6 – Viagens a Negócios (emissões das viagens aéreas e terrestres realizadas pelos funcionários do BB);
- o Categoria 7 – Deslocamento de Funcionários (casa-trabalho).

Conforme o *GHG Protocol*, para efeito dos cálculos de emissões, consideramos os gases controlados pelo Protocolo de Quioto, de acordo com a Tabela a seguir:

Tabela 7. Potencial de aquecimento dos gases

Gases considerados nos cálculos de emissões de GEE	Potencial de Aquecimento Global (GWP) ¹
CO ₂	1
CH ₄	27
N ₂ O	273
HFC ₅	21,5 – 14.600
PFC ₅	0,09 – 12.400
SF ₆	24.300
NF ₃	17.400
Composto	0 – 18.500

(1) Fonte: IPCC 2024/Update with AR6 values
<https://ghgprotocol.org/sites/default/files/2024-08/Global-Warming-Potential-Values%20%28August%202024%29.pdf>

Assim, entendendo nosso papel e do mercado financeiro como protagonistas para impulsionar o crescimento econômico do país em bases sustentáveis, em 2023, atualizamos nossas metas de atuação em mudanças climáticas com a nova [Agenda 30](#) e o [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#). Com isso foram estabelecidas metas de redução de Gases de Efeito Estufa, onde o BB se comprometeu a reduzir suas emissões em 42% para o Escopos 1 até 2030. O estabelecimento das metas tomou como base as diretrizes e critérios divulgados pela *Science-Based Targets initiative* (SBTi), através da métrica para o cenário de avanço da temperatura média global abaixo de 2°C (*well-below 2 degrees temperature scenario - WB2C*).

²⁵ Categorias aplicáveis a atuação do Banco, com exceção da Categoria 15 – Investimentos (emissões financiadas). As categorias 2 – Bens de capital, 8 – Bens arrendados, 9 – Transporte e distribuição (downstream), 10 – Processamento de produtos vendidos, 11 – Uso de bens e serviços vendidos, 12 – Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos, 13 – Bens arrendados e 14 – Franquias que não foram inventariadas por terem sido consideradas como não aplicáveis ao contexto da organização.



Além disso, será mantida a compensação de 100% das emissões do Escopo 1, por meio da compra de créditos de carbono, e neutralização de 100% das emissões do Escopos 2, via Certificados de Energia Renovável (REC, na sigla em inglês) e consumo de energia renovável de nossas 23 usinas fotovoltaica.

Nossa matriz de consumo de energia elétrica conta com a aquisição de eletricidade do Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde buscamos energia de fontes renováveis com um custo mais sustentável, sendo 884 dependências atendidas.

Cabe salientar, que os valores do nosso inventário referente ao ano de 2024, ainda não estavam consolidados na data de publicação deste documento, mas poderão ser consultados a partir de junho de 2025 através do link [Inventário GEE](#).

Ademais, cabe ressaltar que todas essas iniciativas vêm para reforçar o compromisso referente às Mudanças Climáticas, assinado via Carta de Compromisso *Business Ambition for 1.5°C*, em que nos comprometemos a empenhar esforços para desenvolver metas de redução de GEE de acordo com o nível de descarbonização necessário para atingir emissões zeradas na cadeia de valor até 2050, seguindo as orientações do SBTi.

Em alinhamento à nossa adesão ao *Business Ambition for 1.5°C* e amparado nas orientações setoriais do SBTi, o BB se compromete com a neutralidade de emissões até 2050 e com o objetivo de reduzir a intensidade das emissões²⁶ decorrentes da carteira de empréstimos corporativos²⁷ em 25% em 10 anos, considerando o ano base de 2021.

A apuração das emissões financiadas segue a metodologia PCAF (*partnership of carbon accounting financials*) e as metas são estabelecidas nos critérios da iniciativa de metas baseadas na ciência.

A partir da revisão dos critérios de curto prazo para instituições financeiras, divulgadas pelo SBTi, em maio de 2024, as emissões financiadas alcançaram 14,571 MtCO₂eq em uma carteira de empréstimos corporativos de R\$ 130,059 bilhões, o que equivale a uma intensidade de emissão de 0,1120 milhões de tCO₂eq por R\$ 1 bilhão de empréstimos concedidos.

O Banco do Brasil realizou, em dezembro de 2024, sua adesão à Iniciativa PCAF (*Partnership for Carbon Accounting Financials*), um movimento global que visa promover a mensuração e divulgação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) financiadas pelas instituições financeiras. A iniciativa busca aumentar a transparência e a responsabilidade socioambiental no setor financeiro.

Com a adesão à PCAF, o Banco do Brasil reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, adotando metodologias padronizadas para medir e divulgar as emissões de GEE associadas às suas atividades financeiras. A adesão auxiliará no trabalho de mensuração que já vem sendo desenvolvido, através do fornecimento de fatores de emissões setoriais validados internacionalmente, ao interagir com provedores de dados, clientes e pares para entender a qualidade dos dados e as abordagens utilizadas. Esta ação é um passo significativo para alinhar as operações do banco com as melhores práticas internacionais e contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono.

Por fim, destacamos nossa busca constante pelo aprimoramento das ferramentas e instrumentos relacionados à Gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, sendo um processo contínuo de avaliação e desenvolvimento. Neste contexto, almejando a melhoria dos indicadores, estamos construindo bases históricas e avaliando a necessidade e a utilidade de cada indicador.

²⁶ As emissões da Categoria 15 são apuradas por meio da metodologia PCAF.

²⁷ Empréstimos direcionados a empresas com faturamento igual ou superior a R\$ 200 milhões.



Tabela OPO: Oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático

Descrição das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático.

Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis

Diante das demandas atuais, as instituições financeiras passaram a figurar entre os principais agentes fomentadores da transição para uma economia de baixo carbono.

Mesmo diante de um cenário de incertezas, podemos vislumbrar uma extensa lista de oportunidades atreladas a questões sociais, ambientais e climáticas. E, para mapear e aproveitar tais oportunidades, montamos uma estrutura organizacional voltada ao fomento da sustentabilidade.

Nesse contexto, somos norteados pela sustentabilidade, que está expressa em nossa estratégia, políticas e nos diversos acordos e compromissos voluntários assumidos.

O principal objetivo da governança em sustentabilidade é gerir o desempenho social, ambiental e climático com base na [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#), que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social, ambiental e climática nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

O Comitê Executivo de Sustentabilidade do BB (Cesus), subordinado ao Conselho Diretor, que conta com a participação de Vice-Presidentes e Diretores e possui, dentre outros objetivos, decidir sobre o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#), orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios e definir diretrizes de atuação para o tema. A partir de setembro de 2024, passou a aprovar diretrizes e objetivos relativos ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, anteriormente sob responsabilidade do Comitê Executivo de Pessoas, Equidade e Diversidade (Ceped).

O Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem), com o objetivo de fortalecer a governança corporativa de sustentabilidade do BB. Sua atuação visa avaliar e acompanhar o desempenho sustentável do BB e a efetividade das ações previstas no nosso Plano de Sustentabilidade, além de acompanhar a evolução do tema, buscando identificar oportunidades e riscos, de forma a gerar valor para o Banco do Brasil e seus públicos de interesse.

Seus membros também devem propor e acompanhar a execução de iniciativas que melhorem o desempenho social, ambiental e climático do Banco e assessorar o Conselho de Administração na incorporação e monitoramento da sustentabilidade na estratégia dos negócios e nas práticas administrativas da empresa.

Estrategicamente, o tema sustentabilidade é conduzido pela Unidade ASG, vinculada à Vice-Presidência Negócios de Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov), e os assuntos relacionados ao tema são discutidos no Fórum de Sustentabilidade BB, que reúne alguns executivos do BB e da Fundação Banco do Brasil, para apoiar o processo de incorporação, alinhamento e disseminação dos princípios e práticas de sustentabilidade do BB e acompanhar as



iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à implementação das ações previstas na [Agenda 30 BB](#). O Fórum de Sustentabilidade realiza reuniões trimestrais e está subordinado ao Cesus.

Ademais, semestralmente, é realizado reporte ao Conselho Diretor e ao Conselho de Administração, que apresenta os avanços do BB no âmbito social, ambiental e climático.

Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo

Comprometido em “Ser protagonista em sustentabilidade e na promoção de negócios e práticas ASG²⁸”, o BB incorpora aos negócios, estratégia e gerenciamento de capital aspectos relacionados ao Risco Social, Ambiental e Climático.

No processo de formulação da [Estratégia Corporativa do BB \(ECBB\)](#) e do Plano Diretor (PD), que possui periodicidade anual e horizonte de cinco anos, há a participação de diversas áreas na execução de suas etapas – diagnóstico, priorização das incertezas, elaboração de matriz SWOT e cenários, direcionamentos da alta administração, definição dos objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores e metas.

Na etapa de diagnóstico, realizamos estudos de inteligência competitiva da indústria financeira, análises macroeconômicas, identificação de tendências e incertezas críticas, que podem impactar a atuação presente e futura do Banco, além da avaliação dos fatores de riscos relevantes, que incorpora, dentre outros, possíveis eventos sociais, ambientais ou climáticos.

Com o objetivo de adotar medidas de mitigação e/ou revisar as estratégias estabelecidas, avaliamos, de forma contínua, os riscos e oportunidades de mudanças nos ambientes de negócios, que contempla, dentre outras, a possibilidade de mudanças sociais, culturais e ambientais, incluindo questões demográficas, mudanças no comportamento de clientes, fatores ASG e condições climáticas ou sanitárias adversas (como, por exemplo, catástrofes e pandemias).

Sob a ótica de oportunidades de negócios ASG, como instrumentos norteadores desenvolvemos o [Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB](#) e os [Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável](#).

Para ambos, adotamos os seguintes pilares de sustentação:

- **Crédito Sustentável**, visa ajudar os clientes do BB na transição para uma carteira mais sustentável;
- **Investimento Responsável**, com o intuito de contribuir para que os investidores do BB direcionem recursos para empresas que contribuam com externalidades sociais e ambientais positivas;
- **Gestão ASG e Climática**, cujo objetivo é aumentar as práticas ASG dentro das atividades internas do banco e públicos de relacionamento, incluindo questões de diversidade e maturidade digital;
- **Impactos Positivos na Cadeia de Valor**, tem como objetivo disseminar a inclusão financeira, estimular o investimento social privado e proporcionar o reflorestamento e conservação florestal.

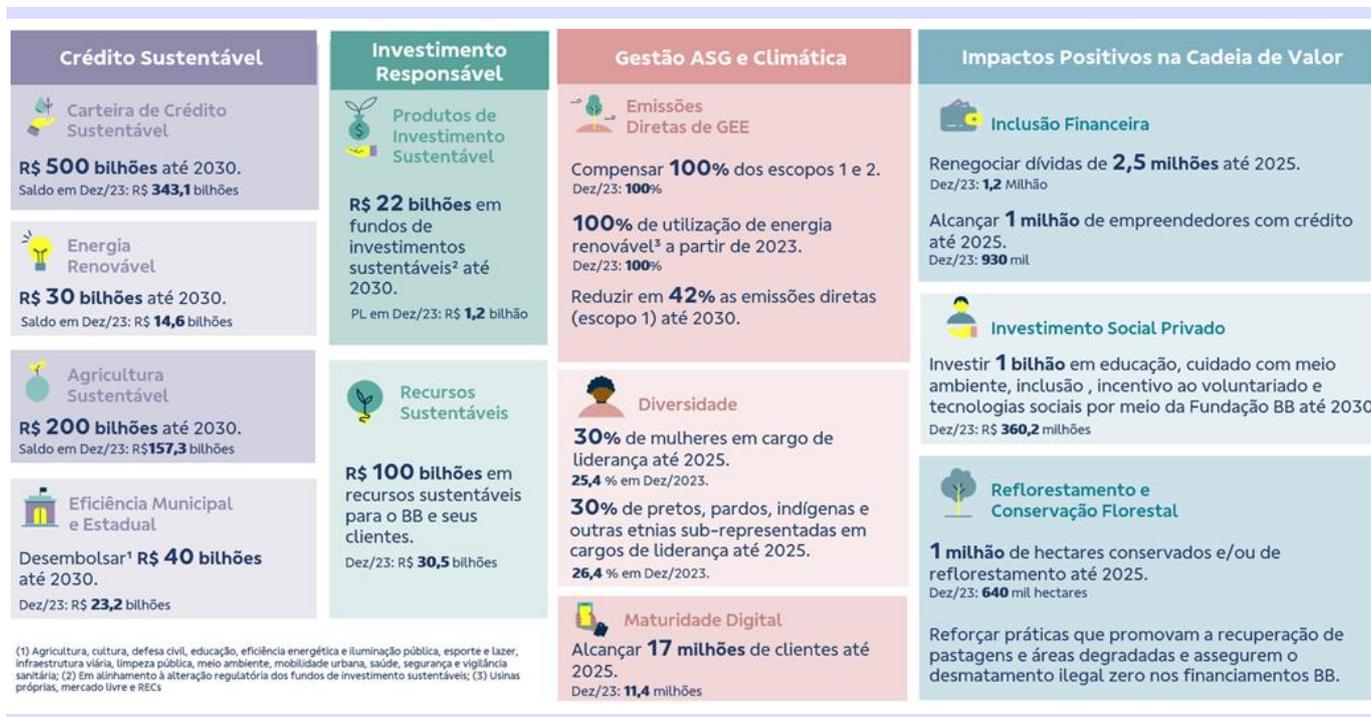
²⁸ Compromisso declarado pelo BB no seu Mapa Estratégico 2024 – 2028.



Por meio da [Agenda 30 BB](#), objetivamos aprimorar negócios e processos, consolidando ações com viés social, ambiental ou climático. Sua revisão é realizada a cada dois anos, a fim de elencar os desafios em sustentabilidade priorizados pela Alta Administração, por meio de ações a serem executadas num período de até três anos.

Apresentamos a seguir os nossos [Compromissos BB 2030 para um mundo mais sustentável](#):

Figura 5. Compromissos BB 2030 para um Mundo mais Sustentável



Em específico, no que tange às mudanças climáticas, o Banco do Brasil está ciente não só da relevância e urgência desse tema, mas também do papel fundamental que desempenha no engajamento junto à governos, setor privado e sociedade. E, por meio do [Compromisso do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas](#), fortalecemos nosso empenho e o fomento à agricultura de baixo carbono, à preservação da biodiversidade e impulsionar a bioeconomia, à promoção de energias renováveis no país e a projetos sociais, com foco no desenvolvimento produtivo, no empreendedorismo e na inclusão social e financeira.

Nesse sentido, o Banco do Brasil vem empenhando esforços e desenvolvendo produtos e serviços relacionados as seguintes oportunidades:

Mercado de Carbono (Aspecto Climático)

Através de uma estratégia de atuação robusta e completa, o BB se propõe a exercer um papel transformador na sociedade, oferecendo a seus clientes alternativas para fomentar práticas para mitigação das mudanças climáticas e incentivo à transição para uma economia de baixo carbono, mostrando que investir em projetos sustentáveis no Mercado de Carbono é uma excelente opção para quem deseja estimular um ambiente de negócios que considera resultados financeiros e o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Para apoiar as empresas que vêm assumindo voluntariamente o compromisso de mensurar e neutralizar suas emissões em sua jornada de descarbonização, identificamos oportunidades de atuação para o BB considerando três pilares:

- **Estratégia Climática:** financiar a adoção de práticas de mitigação e adaptação climática;



- **Redução de Emissões:** assessorar a elaboração de inventários de emissões, financiar práticas para a transição para uma economia de baixo carbono, intermediar a aquisição de créditos de carbono de projetos íntegros e elaborar planos para descarbonização do seu processo produtivo, clientes e fornecedores a partir de metas baseadas no SBTI – *Science Based Targets*;
- **Originação de projetos de Carbono:** apoiar clientes na identificação e elaboração de projetos geradores de créditos de carbono, a partir de padrões e metodologias reconhecidas no mercado, estimulando práticas de conservação e restauração florestal, agricultura de baixo carbono, eficiência energética e energia renovável.

Tudo isso acontece por meio de parcerias estabelecidas pelo Banco com empresas especializadas em projetos de geração de créditos de carbono.

Até o momento, o Banco possui mais de 640 mil hectares em áreas de floresta nativa preservada a partir de projetos de carbono de clientes. Temos o compromisso público de atingir, até 2025, 1 milhão de hectares preservados e/ou reflorestados.

Finanças Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Utilizamos um modelo de Finanças Sustentáveis que estabelece parâmetros e gestão para a captação de recursos para projetos classificados como sustentáveis no mercado global. Os recursos de captações deste tipo, podem ser usados para financiar projetos capazes de oferecer retornos financeiros e atrelados a benefícios sociais, ambientais, climáticos e de governança.

O processo teve início com o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem, resultando na elaboração do [Framework de Finanças Sustentáveis](#), cujas categorias Verde e Social são contempladas. A possibilidade de alavancar projetos relacionados à agricultura de baixo carbono o diferencia dentre aqueles disponíveis no mercado.

Em fevereiro de 2024, o modelo foi atualizado. O novo [Framework](#) define critérios de elegibilidade para as seguintes categorias verdes:

- a) Gestão Ambientalmente Sustentável dos Recursos Naturais Vivos e Uso do Solo;
- b) Energia renovável;
- c) Eficiência Energética;
- d) Edifícios Verdes;
- e) Transporte Limpo;
- f) Gestão Sustentável de Água e Águas Residuais.

Também define os critérios de elegibilidade para as seguintes categorias sociais:

- a) Habitação a Preços Acessíveis;
- b) Financiamento de Micro e Pequenas Empresas e Microfinanças;
- c) Avanço e Empoderamento Socioeconômico;
- d) Acesso a Serviços Essenciais.



Nesta atualização, os questionamentos suscitaram discussões e negociações sobre temas materiais, como por exemplo, limites para padrões socioambientais de emissões de poluentes e resíduos, influenciando a elegibilidade dos ativos passíveis de compor carteira financiada, além de ajustes não materiais relacionados a performance e evolução das práticas e governança ASG do BB.

Captações Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

Após o lançamento do primeiro *Framework* de Finanças Sustentáveis em 2022, realizamos a emissão no mercado de capitais internacional do primeiro *Social Bond* do BB com valor de US\$ 500 milhões, a captação visa o fomento de projetos com impacto social positivo e, principalmente, o apoio às micro e pequenas empresas para superar os desafios impostos à época pela pandemia.

Em 2023, foi lançado o primeiro Relatório de Alocação de Recursos e Impactos Socioambientais do *Social Bond*²⁹. O documento atende as premissas do [Framework de Finanças Sustentáveis](#) do BB e recebeu o parecer da asseguração limitada do auditor independente. E, ainda, emitiu o segundo *bond* internacional no escopo do [Framework de Finanças Sustentáveis](#). A captação internacional de dívida sênior, do tipo *sustainability bond*, no montante de US\$ 750 milhões, tem vencimento em 18 de abril de 2030 e cupom de 6,250% a.a. Os recursos captados serão alocados em projetos de energias renováveis e no financiamento de micro e pequenas empresas, especialmente aquelas lideradas por mulheres.

Em 2024, o BB lançou seu segundo Framework de Dívidas Vinculadas à Sustentabilidade, que visa reforçar o compromisso do banco com a transição para uma economia mais verde e inclusiva permitindo a emissão de títulos e empréstimos vinculados à sustentabilidade nos mercados doméstico e internacional.

Dessa forma, o BB apresentou ao mercado seus objetivos sustentáveis sendo eles o aumento do saldo para negócios sustentáveis, a ampliação de crédito para operações de agricultura sustentável, a redução da intensidade de emissões de GEE financiadas do portfólio de crédito e o aumento da diversidade de gênero e racial na alta liderança.

Após o lançamento, realizamos operações de captações sustentáveis bilaterais que vinculam esses compromissos e/ou outros aspectos sustentáveis com o objetivo de permitir uma estrutura ASG consistente que viabilize a captação com melhor perfil de custo.

As estruturas de sustentabilidade, utilizadas de forma singular ou combinada, permitiram a negociação em 2024 de recursos com a temática ASG com volume aproximado de US\$ 4 bilhões entre operações desembolsadas e em estruturação.

Como destaque, relatamos a captação significativa com a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), parte do Banco Mundial, no valor de US\$ 800 milhões, a estrutura da operação envolveu um sindicato de bancos composto por JPMorgan Chase Bank, Standard Chartered Bank, HSBC Bank e Crédit Agricole que aportaram o capital mediante a garantia da MIGA.

Esta captação é parte do compromisso do Banco do Brasil com a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas, promovendo a conservação de terras e a redução de emissões de gases de efeito estufa, tendo em vista que sua temática visa apoiar pequenos e médios agricultores que utilizam a técnica de agricultura de baixo carbono, conhecida como plantio direto, gerando grande impacto sustentável.

Também, participamos do primeiro leilão do Programa Eco Invest Brasil – sublinha *blended finance*, captando R\$ 800 milhões para financiar projetos sustentáveis que atendam aos critérios Ambientais, Sociais e de Governança

²⁹ [BB LCA Verde – Relatório de Impacto](#) traz dados e indicadores de operações que lastreiam a captação, com base no [Framework de Finanças Sustentáveis](#).



(ASG). Esses recursos serão utilizados para promover a transformação ecológica do país, alavancando R\$ 4,8 bilhões voltados a apoiar os projetos elegíveis pelo Programa.

Avançamos em novas negociações e parcerias com bancos multilaterais e agências internacionais de desenvolvimento para realizar captações sustentáveis que permitam a execução de projetos que gerem impactos sustentáveis.

Como exemplo, citamos o acordo assinado junto a Cassa Depositi e Prestiti, banco italiano com 82,7% de suas ações controladas pelo Ministério para a Economia e Finanças da Itália, que tem em seu escopo o apoio a Micro e Pequenas Empresas e na reconstrução do Rio Grande do Sul após a tragédia climática ocorrida naquele local.

Negócios Sustentáveis (Aspectos Social, Ambiental e Climático)

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e publicada no estudo [“Mensurando Recursos Financeiros Alocados em Economia Verde”](#), e também no [Framework de Finanças Sustentáveis](#) do Banco do Brasil, elaborado conforme os principais padrões internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (*Green Bond Principles – GBP*) e Princípios para Títulos Sociais (*Social Bond Principles – SBP*), dentre outros.

Em constante aprimoramento, revisamos periodicamente as linhas de crédito e operações que a compõem, incluindo novas linhas, e tendo como base metodologias nacionais e internacionais.

A revisão de 2023 abarcou mudanças como alterações normativas, inclusões ou exclusões de produtos com características ASG, passando a contar com análise de até 38 linhas de crédito. Nesta versão, foram incluídos mecanismos e critérios de monitoramento e exclusão de operações que apresentam indícios de não conformidade social ou ambiental. Como resultado, foi publicado em 2024 o documento [“Second-Party Opinion sobre a Carteira de Negócios Sustentáveis do Banco do Brasil”](#), localizado na aba [Sustentabilidade](#), seção Negócios Sustentáveis, da página de Relações com Investidores do BB.

Em dezembro de 2024, a Carteira de Crédito Sustentável do BB apresentou saldo de R\$ 386,7 bilhões. Ela é constituída por operações de crédito relacionadas a investimentos e empréstimos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, turismo sustentável, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Também são consideradas as empresas receptoras dos créditos que estejam inseridas em segmentos cuja atuação gera impactos sociais e ambientais transformacionais efetivos.

A seguir, temos o detalhamento das modalidades de financiamentos considerados na carteira:



Figura 6. Carteira de Crédito Sustentável



Agricultura de Baixo Carbono (Aspectos Ambiental e Climático)

O Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o [Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis](#) (RenovAgro – Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis, antigo Programa ABC), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O RenovAgro possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de gases de efeito estufa.

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de GEE e promover a produção de vegetação/biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Em dezembro de 2024, a carteira do RenovAgro do Banco do Brasil atingiu R\$ 10,05 bilhões, consolidando o seu crescimento ao longo dos anos.



Tabela 8. Evolução da carteira do RenovAgro – R\$ bilhões

Linhas de Financiamento	dez/22	mar/23	jun/23	set/23	dez/23	mar/24	jun/24	set/24	dez/24
ABC Recuperação	3,87	3,82	3,76	3,91	3,94	4,00	3,95	3,90	3,78
ABC Orgânico	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,04
ABC Plantio Direto	3,36	3,37	3,32	3,72	3,77	3,83	3,79	4,08	4,12
ABC Integração	0,36	0,35	0,35	0,4	0,4	0,41	0,42	0,49	0,51
ABC Florestas	0,7	0,68	0,64	0,68	0,65	0,62	0,60	0,70	0,70
ABC Ambiental	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,21	0,21	0,21	0,23
ABC Tratamento de Dejetos	0,05	0,05	0,05	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,07
ABC Dendê	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
ABC Fixação	0,13	0,13	0,13	0,28	0,32	0,33	0,33	0,50	0,58
ABC Cultivos Permanentes	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,02
Subtotal	8,69	8,39	8,21	8,67	8,76	9,50	9,39	10,01	10,05

Programa de Bioeconomia (Estratégia BB de fortalecimento da Bioeconomia na Amazônia)

A conservação da biodiversidade e dos estoques de carbono da Amazônia brasileira é fundamental para a regulação climática global e para salvaguardar benefícios sociais e econômicos para a região. Estima-se que 25% da biodiversidade e 40% das florestas tropicais globais está na Amazônia³⁰, e 64% do bioma amazônico faz parte do território brasileiro.

O desenvolvimento sustentável da bioeconomia amazônica pode oferecer benefícios sociais e econômicos em áreas de atuação complementares. Estima-se que a bioeconomia Florestal contribua para a vida de 400 mil famílias de extrativistas, somando R\$ 1 bilhão em valor de produção em 2020, sendo 70% açaí e 16% castanha do Brasil. Se considerarmos o potencial de agregação de valor na cadeia (processamento e comercialização), a receita de produtos compatíveis com a floresta poderia ultrapassar mais de 2,5X³¹. No entanto, a participação brasileira no mercado internacional desses produtos é de apenas 0,2%³².

A bioeconomia é classificada em três “visões” – biotecnológica, biorrecursos e bioecológica³³ facilita o diálogo e integração de sinergias entre as diversas narrativas e estratégias de atuação, permitindo a construção de estruturas de governança e os marcos regulatórios sobre o tema na Amazônia Legal. Em comum, as três visões tratam do uso de matéria-prima de base biológica para a produção de bens e serviços, mas cada uma dessas visões adota diferentes caminhos e possui diferentes objetivos.

A Estratégia BB de fortalecimento da Bioeconomia na Amazônia dará maior ênfase à visão bioecológica na definição das cadeias da Bioeconomia, tendo como foco estratégico fomentar cadeias produtivas e atividades sustentáveis que impactam positivamente na conservação e restauração da cobertura vegetal e da biodiversidade da Amazônia Legal. Portanto, na visão bioecológica, os conceitos de bioeconomia e desenvolvimento de bionegócios surgem como alternativas econômicas para substituir atividades e modelos produtivos que são incompatíveis com a manutenção da floresta em pé.

No decorrer do ano de 2023 e 2024, diversas ações foram realizadas no contexto do programa de Bioeconomia BB para a Amazônia.

³⁰ <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2019/05/22/why-the-amazons-biodiversity-is-critical-for-the-globe>

³¹ Bioeconomia da sociobiodiversidade no Estado do Pará: Resultados e recomendações para políticas públicas (TNC)

³² Oportunidades para exportação de produtos compatíveis com a floresta (Amazônia 2030)

³³ Bioeconomia na Amazônia: Análise Conceitual, Regulatória e Institucional (Amazônia 2030)



Em 2023, o Banco do Brasil (BB) realizou várias ações no âmbito do programa de Bioeconomia para a Amazônia, dentre elas a adesão à Coalizão Verde, visando promover soluções financeiras e atividades produtivas sustentáveis, e assinatura de cartas de intenções com o Banco Mundial, BID e BMO Financial Group, captando mais de US\$ 1 bilhão para iniciativas de recuperação ambiental, bioeconomia e exportação de produtos agrícolas sustentáveis.

Durante a COP 28, o BB e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima assinaram um protocolo de intenções para investimentos em bioeconomia e resiliência climática. Além disso, o BB firmou acordos com Natura para promover a cadeia produtiva de produtos amazônicos e com o Estado do Pará para estruturar um empréstimo ASG visando a preservação dos rios do estado.

Dando continuidade, em 2024, o BB promoveu o evento "Impulsionando a Sociobioeconomia da Amazônia", junto com o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e o Ministério do Meio Ambiente, em Belém. O evento marcou o anúncio de uma série de acordos, parcerias e iniciativas negociais focadas no fomento da bioeconomia, com potencial de impactar mais de 2 milhões de pessoas. O BB fechou diversos acordos de cooperação técnica, o acordo com o Instituto Clima e sociedade (iCS) busca fomentar a produção sustentável e pequenos agricultores, extrativistas, cooperativas e outros agentes da região, impulsionando a economia local e preparando esses clientes para o crédito e linhas de financiamento para bioeconomia.

Outra parceria, firmada com o Ministério do Meio Ambiente, busca aumentar a educação financeira e a bancarização dos clientes, com oferta de novos serviços financeiros, além da ampliação do sistema de assistência técnica integrada ao planejamento financeiro e de crédito. O acordo também prevê o incentivo à inovação tecnológica e à melhoria dos serviços ecossistêmicos mantidos nos territórios de manejo da bioeconomia e da sociobioeconomia.

Em maio de 2024, o BB criou o Hub financeiro para impulsionar a Sociobioeconomia com sede nas cidades de Belém PA e Manaus AM. O Hub conta com o atendimento "*digital*", e centraliza todas as iniciativas relacionadas à bioeconomia, oferta de produtos financeiros adequados ao público de relacionamento e disponibilizar assistência técnica, sempre que necessário.

Na 16ª Conferência das Partes (COP 16) da convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CBD), realizada em outubro de 2024 em Cali, Colômbia, no Pavilhão Brasil, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e coorganizado pelo Banco do Brasil e pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), foi destacado o potencial da bioeconomia para a biodiversidade e para enfrentar a crise climática. Foram apresentadas a Estratégia Nacional de Bioeconomia e o Plano Nacional para Desenvolvimento da Bioeconomia, com a participação de Carina Pimenta, secretária nacional de Bioeconomia; José Ricardo Sasseron, vice-presidente de Negócios de Governo e Sustentabilidade Empresarial do Banco do Brasil e Maria Netto, diretora executiva do iCS. Ainda na COP 16, foi lançado o estudo "Impulsionando a Sociobioeconomia da Amazônia", organizado pelo iCS e pelo BB, com base em evento realizado em Belém, em abril de 2024. Este estudo elenca recomendações para fortalecer uma agenda pré-competitiva e para destravar o financiamento da sociobioeconomia na Amazônia.

Os acordos concretizam nossos compromissos públicos, com metas concretas, para uma atuação cada vez mais sustentável.